

TRAVESSIA

revista do migrante

Publicação do CEM - Ano VI, número 16, maio / agosto 93

partir de 2.ª f. à R. Alagoas, 549 - Higienópolis, c/ Sr. Airton.
C/ experiência...
25 à 40 anos...
idade de prof...
metalhado e...
Dakar, 86 - Cep:04730-040 - São Paulo-SP.

Curriculum Personalizad...
Eficiê...
6011...
Luis Av. Brig Luis Antonio 300 cj 144 hc.
***** Curriculum Vitae *****
C/ prática, ótimo salário. R: Marieta da S...
Analista Sistema S...
Curso superior base mat...
Exp. analis...
51-001.

Xenix - Unix (multiusuário). Os interessados...
rão enviar Curriculum Vitae com pretensão...
amento e Seleção...
adadas - Manaus -
Assistente Contábil
Contabilidade inform. (planilhas, c...
depreciação, balancetes e bal...
mensal. Comp. c/ Curriculum à Rua Maratona, 326

1/2 Oficial Serralheiro
-se p/ Ermelindo Mat... F: 943-9100.

Admite-se Bordadeira
C/ prática, ótimo salário. R: Marieta da S...

Assuba n...
Conf. 1.ª qualidade em...
Camiseta, Cotton, Jeans,
nha/ Lã e acess. em geral...
3 vezes s/ juros. Não vend...
h Sáb. das 9 às 15 h F. 575-0...

Administrador...
O BUTAN...
ial e c...
o. 01...

Analista Sistema S...
Curso superior base mat...
Exp. analis...
51-001.

Assuba n...
Conf. 1.ª qualidade em...
Camiseta, Cotton, Jeans,
nha/ Lã e acess. em geral...
3 vezes s/ juros. Não vend...
h Sáb. das 9 às 15 h F. 575-0...

Aux...
u (fem. s...
c. a pag...
fiscal, ó...
p/ R. Au...
-100 a/c Joã...

Analista Sistema S...
Curso superior base mat...
Exp. analis...
51-001.

Assuba n...
Conf. 1.ª qualidade em...
Camiseta, Cotton, Jeans,
nha/ Lã e acess. em geral...
3 vezes s/ juros. Não vend...
h Sáb. das 9 às 15 h F. 575-0...

Aux...
mos Admiti...
or feminino...
cer à R: Nov...

Analista Sistema S...
Curso superior base mat...
Exp. analis...
51-001.

Assuba n...
Conf. 1.ª qualidade em...
Camiseta, Cotton, Jeans,
nha/ Lã e acess. em geral...
3 vezes s/ juros. Não vend...
h Sáb. das 9 às 15 h F. 575-0...

Aux...
mos Admiti...
or feminino...
cer à R: Nov...

Analista Sistema S...
Curso superior base mat...
Exp. analis...
51-001.

Assuba n...
Conf. 1.ª qualidade em...
Camiseta, Cotton, Jeans,
nha/ Lã e acess. em geral...
3 vezes s/ juros. Não vend...
h Sáb. das 9 às 15 h F. 575-0...

Case...
45 ano...
de criação e...
ção p/ sitio. c/ referen...
1-2619.

Analista Sistema S...
Curso superior base mat...
Exp. analis...
51-001.

Assuba n...
Conf. 1.ª qualidade em...
Camiseta, Cotton, Jeans,
nha/ Lã e acess. em geral...
3 vezes s/ juros. Não vend...
h Sáb. das 9 às 15 h F. 575-0...

Chácara (Ar... Dutra)
ro com prática. Sr. E...
11-8751.

Analista Sistema S...
Curso superior base mat...
Exp. analis...
51-001.

Assuba n...
Conf. 1.ª qualidade em...
Camiseta, Cotton, Jeans,
nha/ Lã e acess. em geral...
3 vezes s/ juros. Não vend...
h Sáb. das 9 às 15 h F. 575-0...

Chefe de...
de Oftalmologia. E... p/ gerenciar...
de vendas SP. Preferen... quem já tenha...
de vendas a clínicas, hospitais e a médi...
+ comissão. Curriculum c/ foto recente...
tornal sob a sigla OFTALMO/2000.

Analista Sistema S...
Curso superior base mat...
Exp. analis...
51-001.

Assuba n...
Conf. 1.ª qualidade em...
Camiseta, Cotton, Jeans,
nha/ Lã e acess. em geral...
3 vezes s/ juros. Não vend...
h Sáb. das 9 às 15 h F. 575-0...

Clínica Veterinária
Precisa de Tosador c/ prática. Tr. Sheila F:
22-2021. R. Ibitinga 804 - Moóca.

Analista Sistema S...
Curso superior base mat...
Exp. analis...
51-001.

Assuba n...
Conf. 1.ª qualidade em...
Camiseta, Cotton, Jeans,
nha/ Lã e acess. em geral...
3 vezes s/ juros. Não vend...
h Sáb. das 9 às 15 h F. 575-0...

Contato Publicitário
On auto...
em rev...
37-0197 com André.

Analista Sistema S...
Curso superior base mat...
Exp. analis...
51-001.

Assuba n...
Conf. 1.ª qualidade em...
Camiseta, Cotton, Jeans,
nha/ Lã e acess. em geral...
3 vezes s/ juros. Não vend...
h Sáb. das 9 às 15 h F. 575-0...

Desenhista
A Imob. Ir...
c/experiência e que possua automóvel, ganhos...
limitados e vasto cadastro de clientes. Entrevi...
as Av. Indianópolis, 1.400 e Av. Antonio Piranga,
417 - Diadema - após as 15 hs.

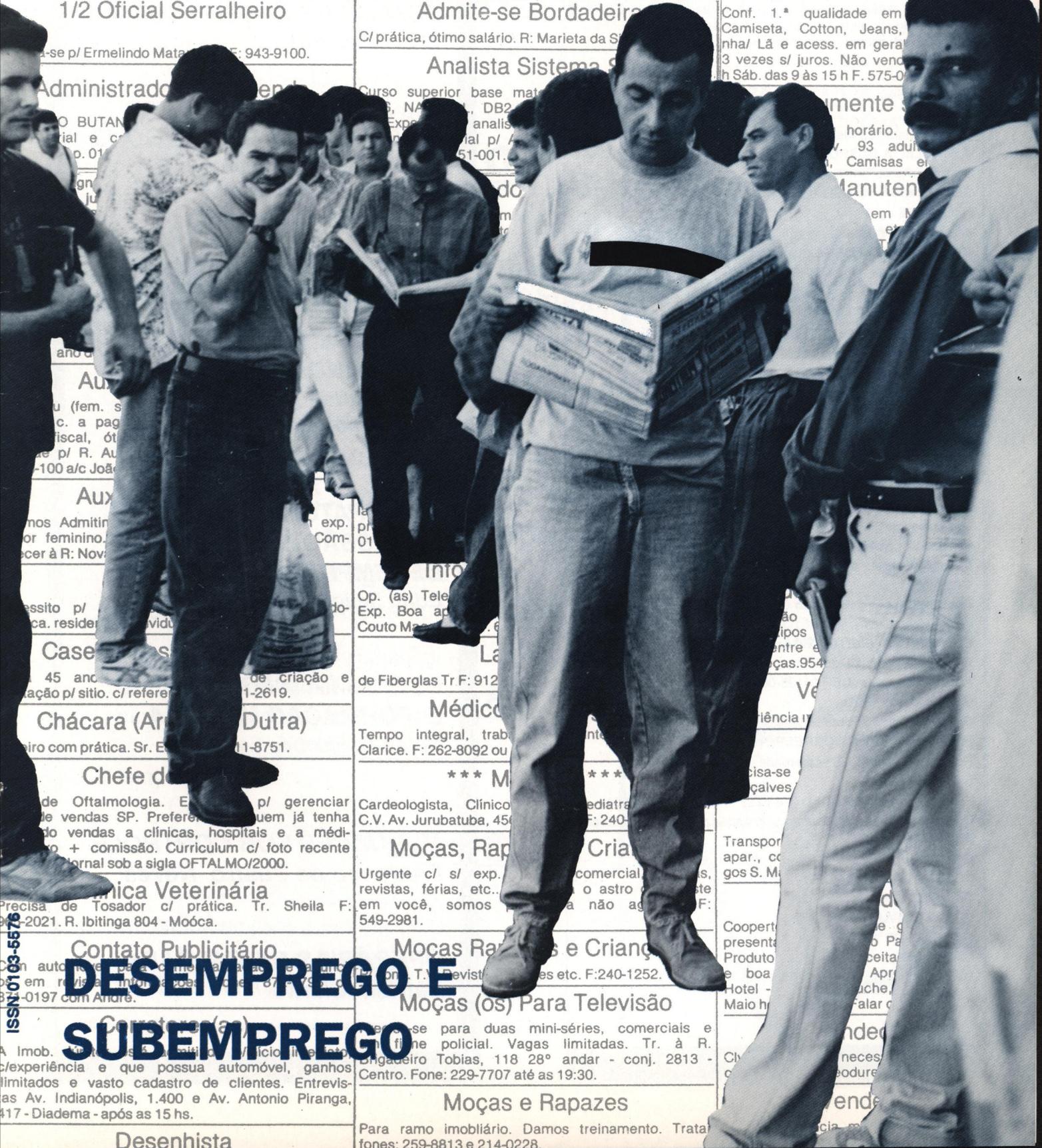
Analista Sistema S...
Curso superior base mat...
Exp. analis...
51-001.

Assuba n...
Conf. 1.ª qualidade em...
Camiseta, Cotton, Jeans,
nha/ Lã e acess. em geral...
3 vezes s/ juros. Não vend...
h Sáb. das 9 às 15 h F. 575-0...

Desenhista
A Imob. Ir...
c/experiência e que possua automóvel, ganhos...
limitados e vasto cadastro de clientes. Entrevi...
as Av. Indianópolis, 1.400 e Av. Antonio Piranga,
417 - Diadema - após as 15 hs.

Analista Sistema S...
Curso superior base mat...
Exp. analis...
51-001.

Assuba n...
Conf. 1.ª qualidade em...
Camiseta, Cotton, Jeans,
nha/ Lã e acess. em geral...
3 vezes s/ juros. Não vend...
h Sáb. das 9 às 15 h F. 575-0...



ISSN: 0103-5578

TRAVESSIA

Revista do Migrante

CEM - Centro de Estudos Migratórios (Federação dos CEMs J. B. Scalabrini)

Publicação quadrimestral, voltada ao estudo e divulgação da realidade do migrante a partir dos diferentes ramos do conhecimento social, político, econômico, educacional, cultural, etc.

DIRETOR:

Sidney da Silva

EDITORA:

Marilda Aparecida Menezes

JORNALISTA RESPONSÁVEL:

José Domingos Bragheto (MtB 8763)

SECRETARIA DE REDAÇÃO:

Dirceu Cutti

Wanderluce Pessoa Bison

CONSELHO EDITORIAL:

Carlos B. Vainer

Cláudio Ambrózio

Dom Antônio Possamai

Edgard Malagodi

Ermínia Maricato

Fermino Fechio

Francisco Nunes

Heinz Dieter Heidemann

José de Souza Martins

José Giacomo Baccarin

José Guilherme C. Magnani

José Jorge Gebara

José J. Queiróz

Luiz Bassegio

Marília P. Sposito

Milton Schwantes

CAPA:

Arte: 2M Criação e produção Gráfica Ltda

Foto: Dirceu Cutti

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA:

Art-Work Produções Ltda

Av. Itaborai, 1130 - CEP 04135-000 - Fone (011) 276-7107

IMPRESSÃO:

Gráfica e Editora Peres Ltda - Fone:(011) 705-1387

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

Rua Vasco Pereira, 55 - Liberdade - CEP 01514-030

São Paulo - SP

Telefone para contato (011) 278-6227 - Fax (011) 278-2284

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores.

ASSINATURA ANUAL:

Cr\$ 120.000,00

ASSINATURA DE APOIO:

Cr\$ 200.000,00

NÚMERO AVULSO:

Cr\$ 50.000,00

EXTERIOR

US\$ 20,00

Índice

DESEMPREGO E SUBEMPREGO

5

**ESPAÇO DE REPRODUÇÃO DO
TRABALHO INFORMAL,
ESTADO E CLASSES SOCIAIS**
Elson L. S. Pires

10

AMBULANTES DO LARGO 13
Bettina Duarte Monteiro
Rosimeire Guidoni
Tânia Barbosa Andreatta

14

**A EVOLUÇÃO RECENTE DO
MERCADO DE TRABALHO
NA GRANDE SÃO PAULO**
Leila Tendrih
Sinésio Pires Ferreira

17

**PSICOPATOLOGIA DA
RECESSÃO E DO
DESEMPREGO**
Edith Seligmann-Silva

23

**ECONOMIA INFORMAL
E FORMAÇÃO HUMANA**
Nilton B. Fischer

26

MULTIDÕES SOB CONTROLE
Frederico de Castro Neves

29

OPERÁRIAS NA CALÇADA
Patrick Clarke

PREFIXOS NA CONTRAMÃO

*"...o futuro parecia vir a ser muito melhor.
Pelo menos o futuro tinha a vantagem de
não ser o presente..."*

(Clarice Lispector)

Cedo, muito cedo! Na verdade, madrugada ainda. E lá vai ele. Endereço? Quem dera fosse aquele que o inconsciente guia - o da rotina de um emprego estável! Mas não é. A data da última baixa em sua carteira de trabalho insiste em permanecer como anotação final. Por isso, antena ligada durante o trajeto. Se necessário, uma informação a mais, afinal é preciso chegar cedo, quanto antes melhor. Sabe, é verdade, que ordem de chegada na fila não é quesito que conta na hora da seleção, mas evitar um chá de calçada é fato que já não pode deixar de ser computado como um ganho. E lá vem, apressado, o desempregado.

Logo a seguir outro personagem desponta, sem dúvida seu parente mais próximo - o subempregado.

Quando o dia vê-se acordado, juntos, lá estão eles repletando calçadas e transformando em verdadeiros estreitos os chamados Largos das cidades.

Na realidade, são velhos conhecidos nossos, cunhados sob as mais diversas denominações: marreteiros, desempregados, autônomos, subempregados, ambulantes, trabalhadores do setor informal..., enfim, um verdadeiro exército de gente.

Mas que universo é este que aparentemente anda na contramão?

Travessia buscou, ora através de um olhar muito próximo, onde personagens ganham nome e têm idade, ora através de um olhar que requer certo distanciamento, dar um mergulho nesta realidade. O resultado encontra-se agora às mãos do leitor que terá oportunidade de tomar contato com as diversas contribuições aqui apresentadas, as quais oferecem:

- o rosto e o dia-a-dia barulhento e aparentemente caótico dos ambulantes do Largo 13 de Maio, da cidade de São Paulo;

- a fala das ex-funcionárias da CALFAT - mulheres que ao retornarem de suas férias coletivas encontraram a empresa fechada e resolveram acampar na calçada;

- a descrição do comportamento do mercado de trabalho na Grande São Paulo nos anos mais recentes, onde se constata a elevação da taxa de desemprego e a alteração no perfil da população ocupada como contrafaces da estratégia empresarial diante da retração da economia;

- as reais intenções dos que promovem as Frentes de Trabalho para os desocupados "da seca" no Nordeste - controle e disciplinarização da mão-de-obra;

- uma revisão de estudos dirigidos sobre os efeitos psicossociais e psicopatológicos nos desempregados, quer em nível de países desenvolvidos, quer em nível de América Latina e do Brasil em particular, sobressaindo-se como uma das preocupações a questão do desemprego prolongado;

- uma revisão dos estudos, também em nível de América Latina, dedicados ao trabalho informal, buscando sobretudo avançar na compreensão do fenômeno, definindo-o, no caso específico do Brasil, como um processo de "informalização" e "ilegalização" do mercado de trabalho, que longe de se constituir em algo paralelo ao setor formal-legal da economia, está a ele intimamente articulado, subordinadamente;

- uma experiência educativa em curso na cidade de Porto Alegre/RS, envolvendo de um lado, um grupo de mulheres recicladoras de lixo, e, de outro, o Estado, representado pelo poder municipal, experiência que possibilita pontualizar avanços no processo de educação popular; destacar uma presença nova do Estado em termos de políticas públicas e, a partir de uma micro experiência, assinalar concretamente para a possibilidade de um novo modelo de desenvolvimento.

"...sempre há um melhor para o ruim".

(Clarice Lispector)

Dircen Cutti

TRAVESSIA

Revista do Migrante
Publicação Quadrimestral do CEM

- Uma revista de estudo, em nosso país, tem vida curta: **Travessia** promete ir longe.
- Uma revista científica, normalmente, tem linguagem técnica; **Travessia** faz a ponte entre o saber acadêmico e o popular.
- Uma revista pode focar vários temas, **Travessia** é monográfica, vários são os enfoques.
- Uma revista específica, restringe seu público; **Travessia** traz temas que podem interessar a muitos.
- Uma revista pode ser lida e descartada; **Travessia** é para ser guardada e consultada.
- Uma revista 'da hora', atrai a curiosidade de todos; **Travessia** pode interessar a você.

ASSINE ESTA PUBLICAÇÃO E ADQUIRA OS NÚMEROS ATRASADOS

Basta escrever ou telefonar para:

- Revista Travessia
- Rua Vasco Pereira, 55
- São Paulo - SP
- 01514-030
- Fone: (011) 278-6227
- Fax : (011) 278-2284

Escolha os números que deseja receber, faça você mesmo as contas e junto ao pedido envie um cheque nominal ao **CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS** no valor correspondente.

Valor da assinatura

- () Ass. válida por 1 ano Cr\$ 120.000,00
- () Ass. válida por 2 ano Cr\$ 240.000,00
- () Ass. válida por 3 ano Cr\$ 360.000,00

Valor número avulso: Cr\$ 50.000,00

(Preços válidos até 30/06/93)

Números Publicados

- 01 - Sazonais
- 02 - Cidade
- 03 - Fronteira Agrícola
- 04 - Violência
- 05 - Voto
- 06 - Barragens
- 07 - Cultura
- 08 - Trabalho
- 09 - Família
- 10 - Religião e Religiosidades
- 11 - Estrangeiros
- 12 - Educação
- 13 - Pena de Morte
- 14 - Migrar e Morar
- 15 - Tempo e Espaço

ESPAÇO DE REPRODUÇÃO DO TRABALHO INFORMAL, ESTADO E CLASSES SOCIAIS

Elson L. S. Pires*

1. Introdução

É no início dos anos oitenta que surgem os principais questionamentos contrários ao entendimento do “setor informal” como setor “marginal”, “autônomo”, de “fácil entrada” etc., como foi concebido na discussão dos anos setenta (1). É também nesse período que surge no Brasil um interesse maior por parte de pesquisadores das regiões mais desenvolvidas do país pelo tema, antes estudado apenas como um “problema do Nordeste”, principalmente em cidades como Salvador e Recife.

Neste artigo, procura-se destacar alguns aspectos da dinâmica conceitual e metodológica das discussões mais recentes, embasadas na questão das relações de trabalho por conta própria informal-autônomo e do assalariado-ilegal sem registro em carteira, como aproximações ao que aqui se considera como um fenômeno da “informalização” e ilegalização” do mercado de trabalho no Brasil. Em outros contextos, estas relações foram e são tidas como “trabalho precário” e “subemprego”, ou mesmo como formas de “desemprego oculto pelo trabalho precário”, o que mostra a complexidade da discussão teórico-metodológica e da articulação empírica que o tema exige.

2. A Crítica da Crítica do “Trabalho Informal”

As primeiras críticas à teorização do “informal” no final dos anos setenta vão recusar desde logo a definição do informal como prática exclusiva dos pobres e marginalizados, apesar desses serem maioria em muitas dessas atividades (2). Com respeito aos trabalhadores autônomos ou por conta própria no Brasil de todos os tipos e diferentes ocupações, considerados tradicionalmente na literatura como os trabalhadores informais por excelência,



Foto: Pedrão

encontram-se aí desde camelôs e ambulantes, até os chamados “profissionais liberais” e os técnicos não submetidos ao assalariamento formal na venda da sua força de trabalho. Esses e outros estudos apontam uma gama de trabalhadores nessas atividades que em alguns casos obtêm uma renda maior que os rendimentos dos assalariados do setor formal (3).

No contexto dessa discussão dos anos oitenta, são significativos os estudos que consideram o tamanho do mercado informal relacionado à magnitude da venda dos seus produtos ou serviços, e ao número de pessoas que estão ocupadas nestas atividades, tanto porque seu espaço econômico quanto sua dimensão ocupacional são determinados pela expansão do núcleo tipicamente capitalista. Esta expansão vai depender do padrão e ritmo de crescimento da economia. Esse crescimento estabelece a quantidade de postos de trabalho assalariado e a qualidade potencial e efetiva da força de trabalho exigida para ocupá-los, condicionando o tipo de atividade informal requisitada, assim como a sua renda. As práticas informais atuam assim nos interstícios não ocupados pela produção formal capitalista (4).

Embora limitados, esses estudos vão insinuar uma nova reflexão na operacionalidade da relação entre o trabalho formal-informal, relação esta que se articula conforme o grau da divisão social do trabalho, a distribuição de renda na sociedade, a estrutura e segmentação dos mercados locais e, finalmente, pelos tipos de espaços econômicos criados pelas atividades tipicamente capitalistas, mas não ocupados por elas.

Estes estudos desenvolvidos no Brasil e em vários países da América Latina, embora estivessem amarrados na esfera produtiva e relegassem a um plano secundário os demais ciclos da distribuição e consumo das mercadorias, ao detectarem a grande heterogeneidade das atividades “informais”, colocam por terra qualquer tentativa de uma teorização abstrata do setor com base em hierarquizações e características gerais definidas, *ex-ante*, como feitas anteriormente. Os estudos nos anos oitenta vão, então, reforçar uma idéia de que o trabalho informal não comporta mais aquele tipo de interpretação, na me-

da em que *só pode ser entendido a partir da dinâmica do desenvolvimento capitalista e da estrutura de classes específicas de cada país, de cada região, de cada área metropolitana etc.* Mais ainda, deve-se buscar entender a evolução local do mercado de trabalho, a formação da classe trabalhadora e suas características demográficas, sociais, econômicas e políticas, as suas normas de consumo e condições materiais e biológicas de reprodução social. Situando esse mercado no contexto nacional e internacional, pode-se entender seu papel econômico-sócio-espacial no âmbito da formação social em que está inserido, e sua articulação com outros mercados.

Além dos avanços analíticos obtidos nos estudos aqui revisitados, o que se procura conceber neste estudo é a existência de um conjunto de atividades e ocupações que constitui um mercado de trabalho informal-ilegal na economia, relativamente autônomo, permanente no tempo e de estruturação heterogênea, mas que não escapa dos processos de transformações econômicas e sociais ocorridos no lado formal-legal da economia. Daí a sua articulação subordinada. Como os estudos dos anos oitenta assim demonstram, estes dois grandes mercados de trabalho sofreram impactos diferenciados nas diferentes fases dos ciclos econômicos, com uma mobilidade maior de mão-de-obra do “formal-legal” em direção ao “informal-ilegal” na crise, e direção inversa nos escassos momentos em que a economia brasileira demonstrou sinais de recuperação.

Em estudo sobre o informal na cidade de Salvador a partir dos efeitos das transformações do processo de industrialização na divisão social do trabalho na região, Francisco de Oliveira chega a argumentar que apesar de se poder dizer que o “setor informal”, de um lado, é esse conjunto não-homogêneo de atividades *não-capitalistas* no interior do setor capitalista, e, de outro, que ele constitui a *fronteira* (ou não) para a sua transformação em novas atividades capitalistas, a questão central para o autor é entender o que é homogêneo na diversidade do “setor informal”. Seguindo essa pista, o que homogeneiza de fato o trabalho informal enquanto “forma” - não enquanto atividades - é a não-

presença de estruturas formais de produção ou de circulação ou ainda de distribuição; nesse caso o capital *não é o sujeito* dessas relações, e a força de trabalho não é pressuposta e posta no movimento da reprodução. Trata-se de uma força de trabalho que possui valor de uso mas não valor de troca, portanto não é uma mercadoria (5).

Enquanto nos sistemas capitalistas desenvolvidos esse informal é um refluxo para a produção de valores de uso resultante de um longo processo de industrialização e de acumulação de riquezas, anunciando talvez em seu interior uma “desmercantilização” da força de trabalho, resultado da existência de horas de não-trabalho, nos países como o Brasil o “informal” é outra coisa. Segundo considerações de Oliveira, no caso de países como o Brasil o impropriamente chamado “setor informal” é a pressão de não-emprego - sendo o dos países desenvolvidos uma espécie de “pós-emprego” - que produz valores de uso, bens e serviços, que de alguma maneira contribuem para sustentar *parte* dos custos de reprodução da força de trabalho.

3. Mercado Informal-legal, Normas Trabalhistas e Des-regulamentação Estatal

No contexto das discussões aqui revisitadas, a relação com o Estado nunca foi abordada nem direta nem indiretamente. Na verdade, o Estado só apareceu nas discussões iniciais do trabalho informal como um agente externo ao processo, intervindo na sociedade para implementar políticas compensatórias dos governos com o objetivo de “organizar” o informal, na perspectiva de formalizar o emprego nessas atividades e aumentar a renda destes trabalhadores. Tratava-se das famosas políticas públicas de “emprego e renda”, embasadas nas receitas do Banco Mundial na década de setenta e início dos anos oitenta. Tais políticas, que deram origem a vários programas, principalmente no Nordeste brasileiro, mostraram-se ineficazes para amortecer a expansão da informalidade, pelo fato de estarem total-

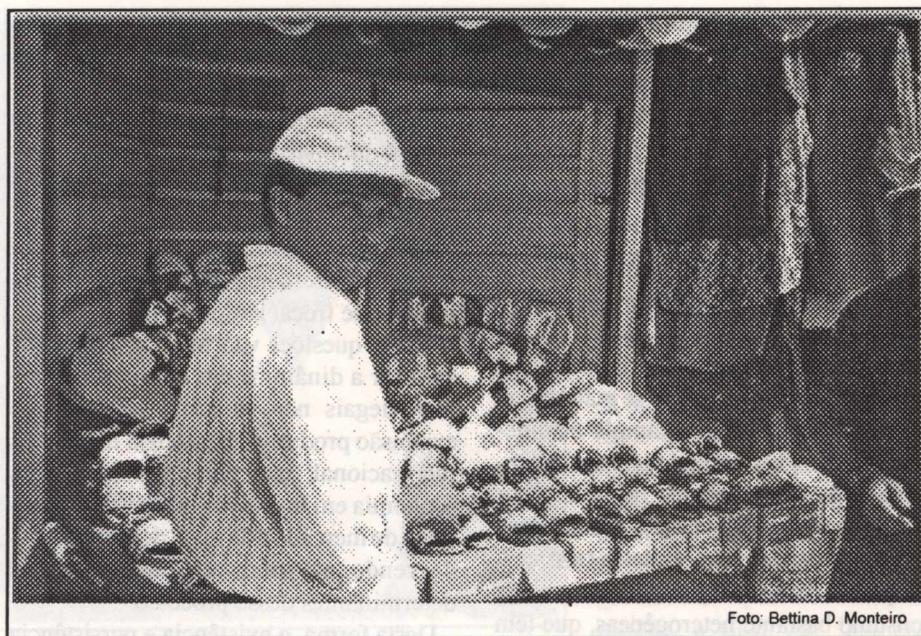


Foto: Bettina D. Monteiro

mente desvinculadas de medidas globais de política econômica e de emprego. Por ter como pano de fundo analítico a noção de autonomia do trabalho informal enquanto um "setor" da economia, tais políticas concebidas especificamente para esse "setor" desvinculadas de uma política macroeconômica, já estavam fadadas ao fracasso desde sua origem.

Os novos processos de organização do trabalho no âmbito da globalização da economia, a crise econômica que aparece com especial ênfase na forma de recessão com desemprego, a "crise fiscal" do Estado brasileiro e a malversação do fundo público, contribuíram para a ineficácia da implementação das políticas sociais compensatórias nos anos oitenta, e contribuiu ainda mais para as desesperanças de incremento do emprego formal e de redução das desigualdades sociais no país.

No caso específico brasileiro, essa discussão da relação do Estado com a economia informal-ilegal impõe um dupla reflexão: por um lado, o exame das consequências da ausência-presença da ação de normas trabalhistas e regulamentações protetoras no contrato de trabalho, principalmente em economias com grande excedente de força de trabalho, nem toda ela sem qualificação; por outro lado, a qualificação das características e do potencial das atividades que se realizam fora

do âmbito da regulamentação estatal, principalmente na presença de fortes indícios de sonegação fiscal.

No caso mais geral das nações do Terceiro Mundo, a fraqueza básica da aplicação de legislação protetora parece ser dada pelas *pressões competitivas* que levam as empresas ao dilema de observar todas as regulamentações, e serem deste modo assoberbadas com acordos de trabalhos custosos e inflexíveis, ou tentar driblá-las. Na prática, o que acontece é uma espécie de "arranjo trabalhista misto", no qual as empresas observam o mínimo necessário da legislação, de modo a evitar sanções governamentais ou denúncias públicas. Quando o bem ou serviço em questão requer uso intensivo de mão-de-obra, há grande incentivo para burlar uma legislação vivida como tão custosa quanto incômoda(6).

Na ausência de normas trabalhistas compatíveis com as formas de organização das relações de trabalho do país, a contrapartida da informalização-ilegalização é a segmentação jurídico-formal do conjunto heterogêneo dos trabalhadores. Trata-se da divisão entre uma pequena parcela da força de trabalho plenamente protegida e relativamente bem remunerada, de um lado, e de uma massa desprotegida de trabalhadores, de outro. Ocupados precariamente nos múltiplos arranjos informais-

ilegais, a grande maioria desse contingente dos "ocasionalmente empregados" não possuem nenhuma seguridade social, entre outras garantias trabalhistas.

Nessa heterogeneidade do mercado de trabalho nacional entre nós, estas questões relativas às normas trabalhistas na relação Estado e economia informal-ilegal podem também ser vistas como resultado da fuga de "pequenos" e "micros" empregadores, que se recusam a ou não têm condições de pagarem tributos aos cofres públicos nem remuneração que garanta condições normais de reprodução social aos seus trabalhadores, aspectos da escandalosa concentração de renda no país. O resultado disto tudo é que sonegam informações, ficando dessa forma à margem das legislações trabalhistas, fiscalização, decretos, leis, etc. A ilegalidade consentida no cotidiano pelo Estado na convivência com essas relações sociais é a garantia da viabilidade desses pequenos negócios e uma das formas desses "estabelecimentos" se relacionarem com os poderes públicos sem delimitação explícita de interesses.

Em um nível mais avançado da questão, isto pode dar lugar a uma espécie de "economia subterrânea", onde se criam verdadeiros bolsões de delinquência, de fraude, de roubo e de tráfico, que emergem como problemas sociais de grande envergadura. A complacência do Estado nesses casos vai aparecer como uma espécie da versão periférica perversa do "Estado do Bem-Estar" de regulação excludente nas economias subdesenvolvidas. O que antes parecia ser apenas um problema do mercado de trabalho, surge hoje com dimensões políticas e sociais ainda desconhecidas. Com isto, enfraquece-se o público e banaliza-se a construção da cidadania.

Além disso, do outro lado da linha, na ausência de movimentos sociais e contra poderes organizados com alternativas bem definidas que ponham em questionamento o estilo de desenvolvimento capitalista promovido pelo Estado no Brasil, pode haver mais razões para que se procure entender a permanência de parte da população trabalhadora nas atividades informais-ilegais. Não necessariamente como "estratégia de sobrevivência" ou como forma de resistência dos mais pobres "contra" o Estado, a economia capitalista

e seus opressores, como assim preconizaram alguns estudos,(7) mas como condenação estrutural de uma massa de trabalhadores ao estilo perverso desta economia e do seu "Estado do Mal-Estar Social".

4. Ideologia, Classes e Identidade no "Trabalho Informal"

A grande novidade dos anos oitenta no mercado de trabalho no Brasil parece ser a "intervenção" que algumas Prefeituras das principais capitais do país realizaram no comércio de rua, enfrentando as estratégias de resistência e organização política dos camelôs e ambulantes(8).

Nesses casos, o poder municipal aparece como o "circuito externo" e a "externalidade" como condição necessária para constituição de uma consciência de classe entre os "informais"(9). Ao reivindicarem das administrações municipais, enquanto instâncias locais do Estado-Nacional, políticas como linhas de crédito adequadas, espaços públicos de comercialização, assistência gerencial, capacitação profissional e direitos previdenciários, entre outras, os trabalhadores informais estão transformando esses poderes locais no "outro", ou seja, no seu possível adversário ou opositor. O que se coloca, pois, como fundamental, é se no interior dessa relação se criam antagonismos, isto é, se os trabalhadores percebem a gestão de classe do Estado ou se a relação é de dependência ou puro paternalismo.

Se para o Estado, em última instância, essas políticas são formas de regulação dos conflitos e da luta de classes, ou mesmo medidas de controle à expansão das atividades "informais", para esses trabalhadores estas políticas não significam apenas acesso a bens e serviços destinados a melhorar as suas condições de vida, mas sim possibilidades concretas de afirmação dos seus direitos de cidadania.

Ao procurar atuar mediando interesses contraditórios de segmentos dos comerciantes de rua, do capital comercial, das classes altas e médias e dos setores populares envolvidos, as Prefeituras das grandes cidades do Brasil têm procurado colocar a questão como de "interesse geral", de defesa dos "interesses da cidade". Isto

tem colocado as Prefeituras no centro do conflito social, muitas vezes aprofundando as contradições e exacerbando os conflitos.

5. Normas de Consumo, Espaço de Reprodução e Regulamentação das Atividades Informais

Dadas as condições precárias de desenvolvimento capitalista, que se materializa com a existência de uma ampla mão-de-obra assalariada sem qualquer regulamentação e de trabalhadores informais por conta própria - como nos países subdesenvolvidos e periféricos -, pode-se falar nesses países de um conjunto de normas de consumo bastante heterogêneas, que têm mercados garantidos dos bens e serviços tanto das atividades formais quanto das informais e ilegais. Esse contraste depende da segmentação do mercado de trabalho e está fundado no padrão de distribuição de renda interna em cada economia.

No âmbito da competitividade internacional, além do extenso "exército de reserva" de trabalhadores, a análise é que a industrialização nas economias como a brasileira, caracterizada por níveis muito baixos de produtividade, obriga a esses países a manter baixos níveis salariais e, portanto, a limitar rigidamente o crescimento do mercado interno e a acumulação "fordista" de consumo de massas. O problema reside na incapacidade dos países de superar uma especialização em setores saturados ou em declínio, e de produzir elevados ganhos de produtividade. Nesse sentido, a estrutura truncada das relações de produção capitalistas se auto-reproduz através da sua inserção no mercado mundial e, principalmente, através de sua própria lógica interna. Essas sociedades, onde historicamente ou-

tras relações de produção foram justapostas e importadas (escravidão, feudalismo, etc), reproduzem bolsões de "informalidade", que se articulam com o setor capitalista formal para formar esse padrão específico de *acumulação distorcida*, ao invés de uma maior progressão da formalização e de uma integração crescente das relações de produção e de troca(10).

Essas questões vão reforçar a idéia de analisar a dinâmica das atividades informais-ilegais não só como resultado da expansão produtiva capitalista nacional e internacional, mas como persistindo na economia em função da estrutura concentrada do mercado e do nível de distribuição de renda na sociedade, os principais determinantes desse processo.

Desta forma, a existência e persistência na economia brasileira de um contingente de trabalhadores no mercado de trabalho informal e ilegal, além da des-regulação estatal da força de trabalho descrita acima, pode assim ser vista como forte consequência de dois processos distintos de *distribuição concentrada de renda*. De um lado, da concentração na *distribuição funcional* da renda entre capital (lucros) e trabalho (salários), onde é hegemônica a



Foto: Pedrão

participação dos lucros sobre os salários na renda nacional; de outro lado, da concentração na *distribuição pessoal* dos salários e outros rendimentos do trabalho, que se dá em poder de poucos indivíduos nos distintos mercados de trabalho e em quase todos os ramos da atividade econômica.

A situações com estas características de desigualdades corresponde um padrão de baixo consumo que exclui a grande maioria dos trabalhadores, situação em que apenas as classes médias e altas garantem um certo padrão de consumo próximo dos países desenvolvidos. Resta ao grande contingente de pobres produzir *para* e consumir *das* atividades informais-ilegais, limitando o seu consumo. Desta forma, esses trabalhadores estão assim pendurados nas franjas da distribuição da renda e, em economias como a brasileira, ajustam-se a ela, garantindo o padrão rebaixado de consumo de bens e serviços pessoais das classes assalariadas de baixa renda, e de setores das classes médias urbanas proletarizadas.

No caso dos assalariados ilegais organizados em pequenas agremiações, que se diferenciam da pequena burguesia clássica (micro-empresas, pequenos estabelecimentos), inexistem relações assalariadas *strictu sensu*. Como se trata de uma forma de exploração da força de trabalho em que o ajuste daquelas atividades é a busca de uma renda e não o lucro capitalista, não há como definir como salários, mas sim como uma remuneração do trabalho, uma renda, posto que esta não conta para a produção, como seria o salário que faz parte do custo final do produto nas atividades tipicamente capitalistas. Nesse sentido a força de trabalho não é mercadoria, e a remuneração desta relação de troca é muitas vezes negociada em função da renda do consumidor-cliente, procedimento *ad hoc* por natureza, sem medida que se fundamente no custo de reprodução da força de trabalho. Essa prática de regatear o preço individual da força de trabalho ou mesmo de um serviço ou bem produzido pelo informal-ilegal, não é uma modalidade de flutuação entre valor e preço, própria da circulação capitalista. Ela é, ao contrário, a expressão de que *não há valor pré-inscrito no trabalho* "informal-ile-



Foto: Pedrão

gal"(11).

Toda esta discussão acerca da dinâmica própria das atividades informais articuladas à distribuição de renda na sociedade induz que se recuse a tratá-la como um "setor separado" da economia formal, isto é, um "setor informal" que possua uma divisão técnica interna que se insira numa espécie de divisão social "informal-ilegal" do trabalho na sociedade. Dito de uma outra forma, as atividades informais de hoje, mesmo produzidas pela acumulação capitalista, se inserem nos ciclos de reprodução do capital - tal como o setor financeiro, a agricultura, a indústria, o comércio e os serviços - tanto como *interstícios* da esfera da produção e da circulação de bens e serviços, quanto *apêndice* da distribuição de renda, da norma social de consumo.

* Elson L. S. Pires é Professor do Departamento de Planejamento Regional do Instituto de Geociências e Ciências Exatas na Universidade Estadual Paulista-UNESP, e Pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento-CEBRAP.

NOTAS

(1) Este estudo foi realizado no âmbito da pesquisa "O Informal Revisitado" no CEBRAP, da qual participaram os pesquisadores Carlos Alberto Bello

e Silva e Hélio Francisco Correia Lino, sob a coordenação do Prof. Francisco de Oliveira. O autor agradece ainda aos valiosos comentários dos colegas do CEBRAP George Avelino, Eugênio Diniz e Carlos Novaes. Naturalmente, os erros e equívocos aqui presentes devem ser creditados exclusivamente ao autor deste artigo.

(2) O estudo é de Dagmar Raczyński, "El Sector Informal Urbano: interrogantes y controversias". In *Série Investigaciones sobre Empleo*, número 3. Santiago, 1977.

(3) Conforme apontava entre outros os trabalhos de José Reginaldo Prandi em *O Trabalhador Por Conta Própria sob o Capital*. São Paulo, Ed. Símbolo, 1978; Maria Cristina Cacciamali em *Setor Informal Urbano e Formas de Participação na Produção*, São Paulo, IPE-USP, 1983; e Harry W. Richardson em "The Role of the Urban Informal Sector: an overview", in *Regional Development Dialogue*, february, 1984.

(4) Conforme Paulo Renato de Souza em *A Determinação do Emprego e dos Salários em Economias Atrasadas*. Tese de Doutorado, IFCH/UNICAMP, 1980; e também Maria Cristina Cacciamali em *Setor Informal Urbano e Formas de Participação na Produção*, op. cit.

(5) Segundo pistas de Francisco de Oliveira em *O Elo Perdido*. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1987.

(6) Conforme análise desenvolvida no México por Alejandro Portes em "Quanto Mais Pode Ser Menos: normas trabalhistas, desenvolvimento e economia informal". In *Novos Estudos CEBRAP*, número 35. São Paulo, março de 1993.

(7) O estudo de Hernando de Soto em *Economia Subterrânea: uma análise da realidade peruana*. Ed. Globo, Rio de Janeiro, 1987, é sem dúvida o principal responsável por esta visão reducionista travestida como tese para toda a América Latina.

(8) Conforme demonstra o trabalho de Valéria Landim de Carvalho "O Setor Informal, o Estado e os Movimentos Sociais". In *Cadernos do CEAS*, número 124. Salvador, novembro/dezembro de 1989. Da mesma forma, isto tem ocorrido com as capitais do Rio de Janeiro e de São Paulo, mesmo em presença de administrações progressistas e de esquerda, colocando novas questões no tratamento da problemática.

(9) Segundo pistas de Francisco de Oliveira em *O Elo Perdido*, op. cit.

(10) Conforme Thomas Coutrot em "Dependência e Informalidade: antigas e recentes controversias". In *Novos Estudos CEBRAP*, número 29. São Paulo, março de 1991.

(11) Conforme pistas de F. de Oliveira em *O Elo Perdido: classe e identidade de classe*, op. cit.

AMBULANTES DO LARGO 13

Bettina Duarte Monteiro *

Rosimeire Guidoni**

Tânia Barbosa Andreatta***



Foto: Bettina D. Monteiro

Largo 13 de Maio, São Paulo. De início, uma confusão assustadora. Vozério, música alta, gente andando rapidamente, ônibus, um moleque passa correndo. Seguro a bolsa com mais força. Alguém grita "a polícia!". Puxo a bolsa mais perto do corpo. Não acontece nada. Vou andando no meio da multidão. Trombo no sujeito da frente, que pára olhando algo, resmunga e continua-

mos. Servindo de moldura a tudo isso, as barracas. Dezenas. Oferecendo de tudo: artigos eletroeletrônicos, importados, calcinhas, comes, bebes, roupas, jogos ilegais, brinquedos, bolsas. Uma profusão de sons e imagens.

Devagar, percebo que a aparente caoticidade possui ordenação interna, lógica própria, num espaço quase completamente voltado para o trabalho. Movimentando grande quantidade de dinheiro -

todos os dias -, misturando economia formal e informal nem sempre harmonicamente, o Largo vai se delineando. As mercadorias são as mesmas no quiosque montado pela prefeitura, ou na barraca improvisada, coberta de plástico amarelo e furado.

Deixo de olhar as mercadorias para olhar os vendedores. São ex-faxineiras, ex-garçons, ex-operários, ex-profissionais liberais: desempregados. Aquele que não foi marreteiro a vida inteira é um ex-qualquer coisa. Atualmente no mercado de reserva, faz bicos para sobreviver.

Cercando: as lojas. Obscurecidas pelas barracas. O comércio tradicional declara verdadeiras guerras aos ambulantes na vã esperança de empurrá-los para longe. Na luta pelo espaço, as lojas tentam dirimir a "concorrência desleal" e os ambulantes tentam resistir. Neste shopping center a céu aberto, ninguém ganha a guerra.

Quem são os ambulantes? Quem são esses comerciantes informais que resistem à formalidade do modo capitalista de produção? Qual sua relação com o grupo e com outros grupos? Qual o pedaço do ambulante?

O que esse estudo pretende, na medida do possível, é dar um pouco de luz a estas questões.

O Pedaço Conquistado

Cidade de São Paulo. No meio do bairro

de Santo Amaro, uma confluência: o Largo 13. Através dele, centenas de pessoas circulam, da periferia ao centro e vice-versa. Dele, partem e chegam ônibus, trens e carros. Nele, a administração Luiza Erundina cadastrou ambulantes e instalou quiosques fixos e padronizados para o comércio. Nele, ambulantes de toda a cidade montam barracas clandestinas.

Antes oriundos das regiões Norte e Nordeste do país, hoje são principalmente os desempregados da indústria e do comércio paulista que compõem o universo dos marreteiros. De acordo com a última pesquisa do IBGE, cerca de 14 milhões de trabalhadores por conta própria ou sem carteira de trabalho assinada atuam nas principais regiões metropolitanas do país. A Fundação SEADE estima que só em São Paulo 46% da mão-de-obra do setor privado está na informalidade. Segundo pesquisa do IBOPE, realizada no final de 91 a pedido da Associação Comercial de São Paulo, mais da metade dos ambulantes que circulam pelas ruas, calçadas e cruzamentos da cidade já foram no passado trabalhadores assalariados da indústria (42%) ou do comércio (15%).

O desemprego, aliado à benevolência da administração petista e ao intenso fluxo de consumidores potenciais pelo Largo 13, contribuiu para a consolidação do espaço. "Perdi meu emprego, e a única coisa que consegui foi trabalhar aqui, com meu tio. A prefeita liberou, né?", diz Cláudio Campos, 20 anos, ex-operador de computadores.

As ruas estreitas que margeiam o Largo são fechadas para o trânsito de veículos, mas não comportam esta invasão. O Largo é voltado para a visão do passante. Em geral, de baixa renda, ele é atraído por estas mercadorias baratas que roubam, muitas vezes, os clientes das lojas. São comuns conflitos entre lojistas e ambulantes. Alguns lojistas montam barracas na sua frente e desovam mercadorias no caixa dois. Outra resistência.

Os ambulantes se espalham pelo Largo. Formam espaços distintos nesta ocupação. Um primeiro espaço é misto, encontra-se de tudo: eletroeletrônicos, brinquedos, roupas e acessórios, alimentos e ervas. É o espaço central, no final da Av. Adolfo Pinheiro, passando pelo início da Barão de



Foto: Bettina D. Monteiro

Duprat, Sen. Flaquer, Des. Bandeira de Mello, Sen. Dantas e Sen. José Bonifácio. Mulheres e homens ocupam esse espaço. É a área de maior circulação de pedestres, possui os melhores pontos de venda. Nela estão instalados os quiosques da prefeitura.

O segundo espaço é o popularmente conhecido como "rua das mulheres": é a rua Cap. Tiago Luz. Nela encontram-se artigos predominantemente femininos (roupas, bijuterias, bolsas, produtos de beleza, lingerie, roupas infantis, etc.). Os vendedores, na maioria mulheres, brigam por espaços mais próximos ao Largo.

O terceiro é o espaço dos homens. À esquerda do Largo estão os jogos ilegais, as barracas de bebida, os artigos masculinos. O alerta é sempre presente: a polícia ronda. Porém, o jogo pesado é montado mesmo nos fins-de-semana. São donos destas bancas os biqueiros - trabalham durante a semana e faturam algum no fim. Há mais mulheres neste espaço que homens no espaço delas.

O Peregrino

"A gente só pára quando resolve se dar um feriado." diz José, 43 anos, ambulante há 25.

Há principalmente dois grupos de ambulantes. O primeiro é do ambulante "pro-

fissional": aquele que sempre exerceu esta profissão. A origem primeira é o Nordeste. Possui cadastro na prefeitura, portanto paga impostos. Pertence a alguma associação de classe ou ao sindicato. Pela sua trajetória de experiências, é o que mais fatura com a atividade. Sabe o quê, quando e onde vender. Sem intenção de voltar à cidade de origem, encontra-se totalmente integrado à profissão e aos companheiros de trabalho. Maria da Graça tem 53 anos, deixou a família no Ceará, onde trabalhou por mais de 20 anos, e veio para São Paulo há um, em busca de melhores condições de vida: "Em todo canto tem crise, mas no Ceará é pior que aqui. Lá não tem dinheiro."

A maior parte desses trabalhadores é dona das barracas em que trabalha e ainda possui outras para membros da família. Cria-se um sistema familiar de trabalho. Os parentes revezam-se como vendedores nos quiosques e como compradores de atacadistas, de fábricas de fundo de quintal ou do Paraguai.

O outro grupo é do ambulante "temporário". Ele exerceu outra profissão e já foi ambulante anteriormente. Hoje, é marreteiro por falta de opção. Alguns se consideram temporariamente nesta profissão, há anos. Outros desistiram da antiga profissão: "melhor que depender de salário mínimo.", diz Raimundo, 26 anos,

ambulante há 3, ex-garçon. São principalmente nordestinos. Alguns pensam em voltar, outros não. Nem sempre possuem barraca: trabalham por comissão ou salário fixo. Menos experientes, já perderam tudo no Paraguai ou nas investidas da fiscalização da prefeitura, pois nem sempre são cadastrados. Mais de um membro da família pode trabalhar na barraca. Não conhece o sindicato ou as associações. Não pertence ao espaço: “nosso relacionamento é ótimo, eles na casa deles e eu na minha.”, diz Estevão, 40 anos, ambulante há 3, ex-maitre. O relacionamento amigável no trabalho não se estende as casas: “Sou amigo de todo mundo aqui, mas me dou melhor com gente do meu bairro”, diz Edgard, 31 anos, ambulante há 2, ex-operário.

Permeando os grupos, há as crianças. O número cresce a cada dia. Trazidas pelas mãos de parentes, param de estudar muito cedo, para ajudar na marreta. Trabalham pelo menos 12 horas, às vezes se alimentam pela manhã e depois, somente à noite. Geralmente não são remuneradas.

O Ponto e o Outro

“Quanto mais marreteiro, melhor. Tem lugar para todo mundo.”, diz Edgard. Licenciados não se importam com o espaço ocupado pelos clandestinos. Eles não escolhem seus pontos (determinados pela prefeitura), mas podem dirigir-se a outros de maior movimento de pedestres. É comum a prática mista: quiosques mais barracas estratégicas.

Os clandestinos escolhem seus locais em função do movimento e da proximidade da residência. Todos os entrevistados moram perto do Largo 13. “De manhã mesmo, ponho a caixa na cabeça e venho”, diz José, 43 anos, ambulante há 25. Vêm a pé ou com apenas uma condução.

Ambulantes têm relacionamento regrado com a polícia e com a fiscalização: o pagamento da propra (“bola”) é prática comum, mesmo entre os licenciados. Varia de acordo com o valor dos abjetos vendidos. “A gente dá um cafezinho se quiser, quando não tem, eles não dizem nada”, diz Maria da Graça. O relacionamento aperta com as bancas de jogo: se o ambulante não fugir, a taxa da “bola”

será maior. “A polícia não mexe com a gente, não. Só com o pessoal do jogo.”, diz Iris, 21 anos.

Há regras também na relação com trombadinhas: “Eles não mexem com a gente, a gente não mexe com eles.”, diz um homem que não se identificou, 32 anos, ex-manobrista. Os trombadinhas agem sobre os transeuntes. “A gente ouve falar que eles pegam nas lojas, mas o normal é o povo passar aí xingando, bolsa rasgada de estilete.”, diz João, 14 anos, ambulante há 3. Luís, 14 anos, ambulante há 2, define o relacionamento com os trombadinhas: “Normal”.

Às vésperas das eleições municipais de 92, a grande maioria dos ambulantes, clandestinos ou licenciados, pretendia votar no candidato do PT, Suplicy. Acreditava que a entrada de Paulo Maluf significaria volta da perseguição aos marreteiros. “Dessa vez não votei, mas não queria o Maluf não. Diz que se ganhar vai tirar todo mundo daqui.”, afirma Maria da Graça.

Conclusão

Na introdução, formulamos três questões básicas. Não pretendíamos respondê-las categoricamente, somente dar-lhes um pouco de luz. Da questão do *pedaço* do ambulante, concluímos que é a rua. O

palco das batalhas mais difíceis, com regras rígidas: “Se você não paga a bola, eles (os fiscais) vêm à noite aos quiosques, arrombam e levam tudo.” diz Cláudio. Regras rígidas apesar da flexibilidade com que os órgãos da administração petista trataram a questão: “A prefeitura abriu este espaço pra gente”, diz José; “A Erundina ajudou aceitando nosso trabalho.”, diz Edgard. “Aqui é onde a gente ganha, trabalhando. Se a gente tiver que sair, vai aumentar o número de ladrões”, afirma Maria da Graça.

A rua é o campo de contato: entre as regras das bolas, a divergência com as lojas (“Pra quem trabalha na frente da loja sempre tem desentendimento, porque tapa a visão da loja”, diz Cláudio.), e o assédio aos compradores. Nos fins-de-semana o pedaço se torna também um espaço de lazer. Nem tanto para o ambulante - embora a maioria não deixe de beber uma cervejinha na própria banca - mas para o transeunte, que durante a semana tem ali um canal obrigatório de passagem, e no fim-de-semana busca este pedaço como o indivíduo que busca o espaço do shopping center. É um pedaço de rua que vira shopping center a céu aberto.

Referente ao relacionamento interpessoal, percebemos duas visões de mundo, no mesmo grupo: o ambulante que



Foto: Bettina D. Monteiro



se assume no espaço e o que não. No primeiro caso, há uma integração com o espaço. São os ambulantes mais antigos, aqueles que chamamos de profissionais. No Largo, todos os ambulantes convivem bem, mas a integração não acontece no segundo caso. Entre os ambulantes mais "novos" na rua, o relacionamento é amigável mas superficial: "tem que ser educado com eles e com todos os fregueses", diz Raimundo, demonstrando que a horizontalização das relações sociais observadas no primeiro grupo não se repete no segundo. No primeiro caso, há amizade e harmonia. Mais do que se identificarem como categoria, eles se identificam como unidade de relação social. No segundo, há uma identidade apenas como categoria de trabalho (para isso a política da boa vizinhança). Estevão extremou: "Minhas amizades são sempre boas amizades. Conservo as mesmas de antigamente. Porque se você se encosta numa pessoa dum nível melhor, você tem condições de subir na vida. Se você se encostar num pau que não tem sombra, quando chegar o sol, você fica no sol."

Finalmente, quanto à questão da **identidade**, podemos dizer que os ambulantes

são produtos da crise do sistema capitalista em vigor. Em muitos dos casos ocupavam o que se convencionou chamar de subemprego. Com o desemprego, a atividade "ambulante" surge como uma saída amargosa, e acaba por se mostrar mais vantajosa financeiramente que a ocupação anterior.

Entretanto, pretendemos elucidar que esta vantagem é apenas financeira, ao contrário do que pensa o senso comum. Este homem não é um vagabundo que, para não trabalhar, fica vendendo sentado confortavelmente numa banca, tirando a clientela dos "pobres" lojistas e impedindo o trânsito de pedestres. "Ante o problema do desemprego a sociedade reage de modo variado, conforme diagnóstico que se faz das causas do desemprego. Quando se pensa que os desempregados o são porque não desejam trabalhar, o sistema aperfeiçoa as formas de repressão à vadiagem, por leis repressivas ao próprio desemprego." (ALBORNOZ, S., 1988, pg. 82). É hora de desmistificar essa idéia. Afastado da família, sem tempo para o lazer, o marreteiro está mais para o labor que para o trabalho propriamente dito. Ficar na rua doze, quatorze horas por dia,

de domingo a domingo, debaixo do sol e da chuva não pode ser considerada exatamente uma recreação. "Eu trabalho das sete horas da manhã até às oito e meia, nove da noite todo dia, de domingo a domingo. Dia como hoje, eu devia estar em casa descansando com a minha esposa, com meu filho, ela até briga comigo às vezes(...) eu preciso correr atrás da grana, do prejuízo que já levei na vida! Tenho que trabalhar bastante pra recuperar o que perdi", diz Raimundo, 26 anos, ex-garçon. Ou diz Edgard: "Eu tenho dois filhos, tenho que sobreviver, ficar parado não dá". Sobrevivência parece ser a palavra de ordem.

(Este artigo é fruto de um trabalho desenvolvido para a disciplina **A Pesquisa Antropológica no Contexto Urbano**, no curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo.)

* Bettina D. Monteiro é jornalista e bacharel em Ciências Sociais.

** Rosemeire Guidoni é jornalista e estudante em Ciências Sociais.

*** Tânia B. Andreatta é bacharel em Ciências Sociais.

A EVOLUÇÃO RECENTE DO MERCADO DE TRABALHO NA GRANDE SÃO PAULO

Leila Tendrih*
Sinésio Pires Ferreira*

A crise econômica por que passa o país, acentuada a partir de 1990, teve intensos reflexos no nível de emprego e causou alterações importantes no mercado de trabalho em termos dos setores econômicos responsáveis pela absorção da força de trabalho, das estratégias de sobrevivência da população e dos níveis de rendimentos por ela auferidos.

Para tentar avaliar a intensidade dessas mudanças e seus impactos sobre o conjunto dos trabalhadores da Grande São Paulo, serão utilizados os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), desenvolvida pela Fundação Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados) em conjunto com o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos), que é realizada desde 1984 para a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

A PED acompanha a evolução do mercado de trabalho nos 38 municípios da Grande São Paulo, através de um inquérito domiciliar aplicado a todos os moradores de 3.000 domicílios que, a cada mês, fazem parte de sua amostra.

A partir da forte retração da atividade econômica provocada pelo Plano Collor em março de 1990, iniciou-se uma rápida elevação da taxa de desemprego que alcançou 10,3% naquele ano, contra 8,7% em 1989. Em 1991, a taxa de desemprego continuou crescendo e, em novembro de 1992, já era de 14,6%, o que, em termos absolutos equivale a um contingente de desempregados de quase 1.200.000 pessoas.

Além do crescimento do desemprego, houve mudanças no perfil da ocupação daqueles que continuaram empregados. Desde 1990, a indústria tem reduzido significativamente a sua absorção de mão-de-obra. Em 1990, foram eliminados 4,8% dos postos existentes no setor industrial em 1989, em 1991, a redução foi de 6,4% em relação à média do ano anterior e, nos

onze primeiros meses de 1992, chegou a 8,4%.

Incidindo sobre um nível de ocupação já bastante reduzido, essa eliminação de postos de trabalho, em 1991, implicou na perda de participação do setor industrial no total dos ocupados que, pela primeira vez desde 1984, quando se iniciou a PED, ficou abaixo dos 30%.

As demissões no setor industrial tiveram características distintas ao longo dos últimos três anos. Em 1990, a diminuição dos postos de trabalho foi generalizada nas diversas posições ocupacionais (assalariados com e sem carteira de trabalho assinada e autônomos) mas atingiu com mais intensidade os assalariados sem carteira

de trabalho assinada.

Em 1991, ao contrário, houve redução do emprego em relação à média do ano anterior, apenas para os assalariados com carteira de trabalho assinada, cujo contingente empregado na indústria se reduziu em 10%.

Em 1992, as informações disponíveis até novembro mostram uma intensificação das demissões, visto que o nível de ocupação industrial se reduziu em 8,4%, no período. Tais demissões deram-se, mais uma vez, de forma concentrada entre os assalariados com carteira de trabalho assinada, cujo contingente, no mesmo período, diminuiu em 14,7%.

Assim sendo, de acordo com os dados

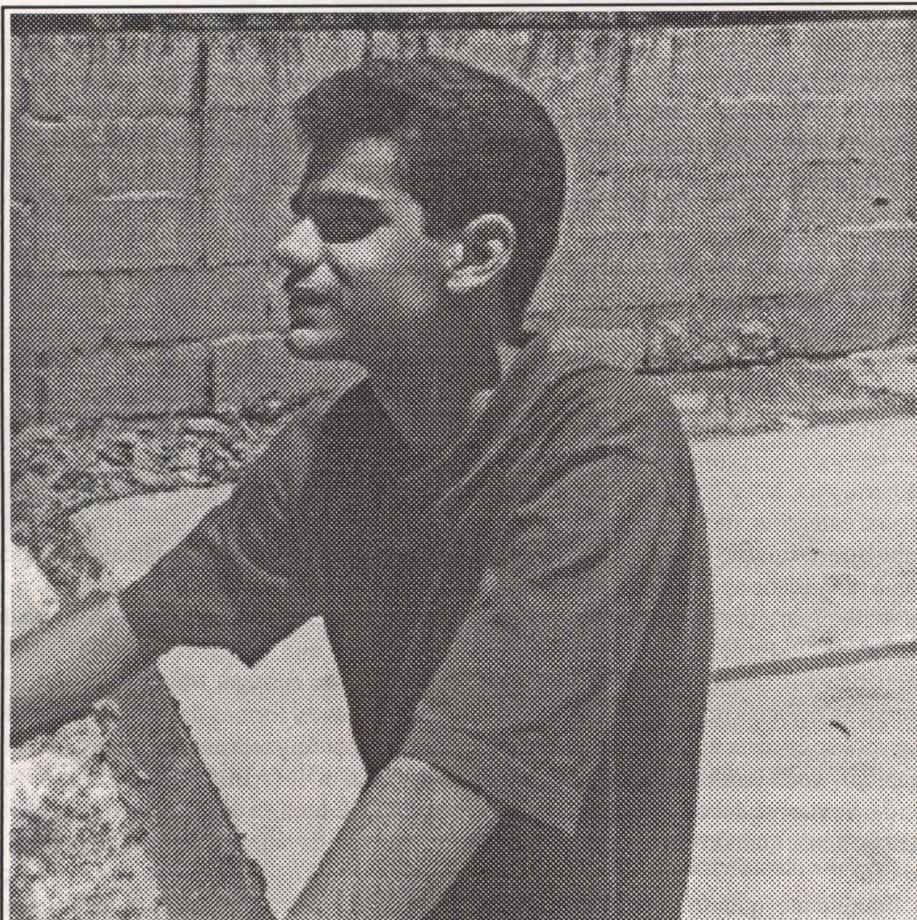


Foto: Pedrão

disponíveis, a estratégia empresarial frente à recessão e instabilidade na economia teria sido atender ao crescimento sazonal da demanda através da contratação de trabalhadores assalariados sem carteira de trabalho assinada ou pelo aumento do trabalho autônomo. Isto fica demonstrado pelo crescimento dos índices de ocupação dos assalariados sem carteira de trabalho assinada e dos autônomos, em 1991 e 1992, a despeito do decréscimo do emprego industrial no mesmo período.

Parece, portanto, ter havido uma substituição de parte dos assalariados com carteira de trabalho assinada por trabalhadores incorporados à indústria sob formas mais frágeis de contratação, enquanto uma parcela expressiva daqueles tornou-se desempregada. Embora possa ser argumentado que, de acordo com a ótica dos empresários, formas precárias de contratação se adequem melhor, em termos do custo de eliminação do posto, às condições de instabilidade da economia, elas acirram a fragilidade dos trabalhadores frente à crise.

Isto porque, além do elevado nível de desemprego e da maior precarização das formas de contratação, vem se registrando também uma queda significativa dos rendimentos médios dos ocupados na indústria que, só em 1991, foi de 13%. Em outubro de 1992, o valor dos rendimentos médios dos ocupados na indústria correspondia a apenas 65,8% do valor registrado, em média, em 1985, descontada a variação da inflação.

É importante destacar que o nível médio de rendimentos dos assalariados sem carteira de trabalho assinada é significativamente inferior ao dos assalariados com carteira de trabalho assinada. Em outubro de 1992, por exemplo, enquanto um assalariado que possuísse carteira de trabalho assinada ganhava, em média, Cr\$ 2.829.370, um que não a possuísse recebia apenas Cr\$ 1.199.875.

Deste modo, do ponto de vista do empregador, a utilização de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada e de autônomos representa não só a alegada redução de custos de demissão mas também o rebaixamento de salários, viabilizado pela retração da atividade econômica e pelo elevado desemprego.

O nível de ocupação no comércio (algo em torno de 16% do total dos ocupados na Grande São Paulo) ampliou-se em 5,3%, em 1991. Entretanto, seu comportamento segundo posição ocupacional foi semelhante ao registrado na indústria. Em 1991, houve uma redução expressiva nos índices de ocupação dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada, ao mesmo tempo em que aumentavam os dos trabalhadores sem carteira de trabalho assinada e autônomos.

Em 1992, com as informações disponíveis até novembro, pode-se afirmar que a situação continuou a se agravar. Além da redução do contingente de assalariados que possuíam carteira de trabalho assinada (-9,0%), também diminuiu o dos que não a possuíam (-9,5%). O pequeno crescimento da ocupação de autônomos, por sua vez, não foi suficiente para compensar a expressiva redução do emprego no setor (-4,0%) nem, tampouco, para impedir a ampliação do desemprego.

Também aqui, essa tendência à fragilização das relações de emprego se torna mais grave por ocorrer simultaneamente a uma acentuada queda do nível de rendimento médio dos ocupados no setor que, em 1991, decresceu 18%, em relação ao ano anterior, e vem se mantendo estabilizado num patamar muito baixo ao longo de 1992.

Quanto ao setor de serviços, sua dinâmica exerceu influência decisiva sobre o comportamento do nível de ocupação na Grande São Paulo nos últimos anos. Devido à elevada participação do setor no total de ocupados (45%), o crescimento de 9,3% em seu nível de ocupação, em 1991, foi fundamental para contrabalançar, em termos quantitativos, os efeitos da redução do emprego industrial na Região Metropolitana de São Paulo.

Já em 1992, este papel "compensatório" que tem sido atribuído aos serviços não se verificou. Aparentemente, os eventuais espaços ocupacionais existentes neste setor foram preenchidos em 1991. Isto, associado com o comportamento do emprego nos demais setores de atividade, implicou o expressivo crescimento do desemprego em 1992.

A evolução do emprego assalariado no setor de serviços, em 1991, apresentou

algumas diferenças em relação ao observado na indústria e no comércio. Houve crescimento do nível de ocupação, tanto em 1990 como em 1991, através da ampliação do emprego de trabalhadores com carteira de trabalho assinada, contrariando a tendência observada nos demais setores de atividade da Região Metropolitana de São Paulo. Em 1992, ao contrário, houve queda do assalariamento no setor e crescimento do contingente de trabalhadores autônomos.

Quanto aos rendimentos dos ocupados no setor, não se observou qualquer comportamento específico. À semelhança dos demais setores, também ali ocorreu diminuição dos rendimentos médios para todas as posições ocupacionais: assalariados com e sem carteira de trabalho assinada e autônomos.

A Evolução do Perfil da População Economicamente Ativa

Um dos principais aspectos da retração do mercado de trabalho na Grande São Paulo pode ser captado através da análise da evolução da condição de atividade dos chefes de domicílio, um dos segmentos mais atingidos pela elevação do desemprego, entre 1989 e 1992.

A análise da taxa de desemprego dos chefes de domicílio mostra a intensificação do crescimento do desemprego destes trabalhadores. Em 1989, essa taxa era de 4,1%, passou a 5,2%, em 1990, aumentou para 7,0%, em 1991, e chegou a 8,2%, em novembro de 1992.

O segmento mais afetado é composto por homens nas faixas de 25 a 39 anos e com 40 anos e mais, que se constituem nos grupos em que se encontra um significativo contingente de chefes de família. É importante assinalar também que os chefes de domicílio apresentaram, no período em análise, uma elevação marcante de sua participação no conjunto dos desempregados que exercem trabalhos precários e irregulares, devido às dificuldades de se reinsereirem como ocupados.

A análise de participação dos diversos membros da família no mercado de trabalho segundo faixa etária, a partir de 1990, tem mostrado que, no caso dos filhos, há

um comportamento diferenciado segundo faixas etárias e sexo. O grupo etário que mostrou maior queda da taxa de participação no mercado de trabalho foi o de homens jovens, dos 10 aos 17 anos. Em 1990 e 1991(1), houve sensível redução de sua presença como ocupados, o que fez com que uma parcela desses jovens se retirasse do mercado de trabalho.

Para os homens de 18 a 24 anos, um dos grupos de maior participação no mercado de trabalho e composto majoritariamente por filhos, têm havido aumentos sistemáticos da taxa de desemprego, a partir de 1989.

O comportamento do contingente de filhas, que compõem basicamente o segmento de mulheres na faixa etária de 10 a 17 anos, mostrou significativa redução em sua participação no mercado de trabalho em 1990, mantendo-se estável em 1991. Para as filhas com idade entre 18 e 24 anos, nota-se o mesmo processo ocorrido para as mais jovens, porém com maior intensidade, elevando a sua taxa de desemprego entre 1989 e 1991.

Além disso, as condições adversas do mercado de trabalho para os principais responsáveis pelo núcleo familiar e para os filhos, bem como a falta de perspectiva de retomada do crescimento do emprego na indústria, geraram, em 1991, um novo movimento no mercado de trabalho: o ingresso de mulheres casadas, em especial daquelas de 40 anos e mais.

Isto pode ser inferido a partir do comportamento de vários indicadores e, particularmente, do incremento da taxa de participação dos cônjuges na população economicamente ativa, o que significa que um número crescente de mulheres casadas passou a estar no mercado de trabalho, como ocupadas ou desempregadas. A taxa de participação dos cônjuges, que girava em torno de 39% em 1989 e 1990, aumentou para 43% em 1991 e chegou a 45,6%, em novembro de 1992, uma das mais altas para este segmento, desde o início da pesquisa.

Se parte deste segmento populacional conseguiu um posto de trabalho, a situação de desemprego também se mostrou crescente. Ao longo do período 1989-91, a taxa de desemprego dos cônjuges aumentou de forma marcante. Em novembro de 1992,

atingiu 14,2%.

O conjunto das informações disponíveis explicita, do ponto de vista do mercado de trabalho, o processo de ajuste da economia, iniciado em 1990, e evidencia seus reflexos sobre a composição da população economicamente ativa. Verifica-se ter ocorrido uma reorganização da inserção produtiva dos membros da família como forma de recompor o orçamento doméstico e garantir a sua sobrevivência, dado o aumento do desemprego dos chefes de domicílio e a grande redução do valor dos rendimentos do trabalho.

As Estratégias de Sobrevivência

No período em análise, houve intensa elevação do desemprego, em especial do oculto pelo trabalho precário(2), que representa uma forma de se obter algum rendimento para garantir a sobrevivência imediata, através do exercício de atividades intermitentes, enquanto mantém-se a procura de trabalho.

É importante indicar ainda que, mesmo com o crescimento do percentual de mulheres desempregadas que realizaram trabalhos precários, foi entre os homens que se deu a utilização mais intensa deste recurso. Isto decorre, provavelmente, da sua condição de chefe de domicílio e da impossibilidade de permanecerem em desemprego aberto por um período prolongado. O crescimento da taxa de desemprego oculto pelo trabalho precário é expressivo no caso dos chefes de domicílio, bem como no conjunto dos indivíduos com 40 anos e mais.

A situação dos que se encontravam em desemprego aberto - que correspondiam a 68% dos desempregados, em 1991, e 58%, em novembro de 1992 - não foi diferente. Ampliou-se o percentual dos que dependiam, para sua sobrevivência, da ajuda de parentes, associada aos rendimentos de outras pessoas do domicílio que se encontravam ocupadas.

Para se avaliar as tentativas de recomposição do orçamento familiar, devem ser consideradas as modificações ocorridas na composição do mercado de trabalho. Isto porque os principais responsáveis pela subsistência doméstica - os chefes de do-

micílio, homens e pessoas com 25 anos e mais, em geral - foram os que mais sofreram as consequências da deterioração do mercado de trabalho.

A análise dos dados revela que a reinserção possível para os homens tem sido, em dimensão cada vez menor, nas atividades de comércio e serviços. Em ambos os setores verificou-se maior participação de homens em postos de trabalho mais precários, como é o caso dos assalariados sem carteira de trabalho assinada, autônomos para empresas que trabalham para o público, prestando serviços sem instalação fixa ou como donos de pequenos negócios.

Deve-se destacar ainda que a análise anterior é confirmada pela queda na participação dos homens como assalariados com carteira de trabalho assinada na indústria, no comércio, na construção civil e no setor público, sem esquecer o expressivo crescimento de seu desemprego.

Neste contexto, coube às mulheres (cônjuges ou filhas) a tentativa de se inserirem no mercado de trabalho para ajudar no sustento da família. No entanto, considerando-se as condições existentes, o aumento da ocupação das mulheres pode ser encontrado principalmente em atividades do comércio e dos serviços, como assalariadas sem carteira de trabalho assinada, autônomas que trabalham para empresas ou em atividades que possam ser exercidas na própria residência, além de sua inserção crescente como empregadas domésticas diaristas ou mensalistas, sem carteira de trabalho assinada.

** Leila Tendrih e Sinésio P. Ferreira são Analistas da Fundação SEADE.*

NOTAS

(1) As informações com este nível de desagregação para 92 ainda não estão disponíveis.

(2) Pessoas que realizam de forma irregular algum trabalho remunerado ou pessoas que realizam trabalho não remunerado em ajuda a negócios de parentes e que procuraram trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram até 12 meses atrás.

PSICOPATOLOGIA DA RECESSÃO E DO DESEMPREGO

Edith Seligmann-Silva*

1. Considerações Gerais

Nos períodos de recessão o sofrimento social, o sofrimento físico e o sofrimento mental geralmente são indissociáveis, muito embora muitas vezes tenham sido estudados em forma compartimentada e reducionista.

BRENNER e MOONEY (1982) investigaram como as mudanças econômicas, tanto nas fases de crescimento quanto nas de recessão, têm afetado a saúde humana e, de modo especial, a saúde mental e a mortalidade por doenças cardiovasculares.

O desemprego, por mais paradoxal que isso possa parecer, em verdade tem merecido pesquisas mais abrangentes e detalhadas nos países ricos do que no Brasil. Assim, um recente estudo realizado na Holanda examinou importantes aspectos psicossociais relacionados com os reflexos do desemprego sobre a saúde coletiva, identificando alguns fatores stressantes relacionados com a deterioração da saúde e diferenciando-os segundo contexto urbano e contexto rural(11).

Nos países onde as condições de trabalho e a organização do mesmo tem tido repercussões fortemente negativas para a saúde dos empregados, são especialmente importantes as desvantagens que se apresentam para os trabalhadores considerados como não qualificados.

Enquanto se desenvolve a escalada mundial do desemprego, duas observações que vêm emergindo de diferentes investigações devem ser de início aqui assinaladas. Ambas dizem respeito à questão da correlação desemprego e alterações da saúde.

Em primeiro lugar, tem havido concordância em relação ao fato de que os riscos de desemprego aumentam para as pessoas que já apresentam manifestações de desgaste psíquico ou psico-orgânico(6) (16) (20). Em segundo lugar, existe um risco maior de que o desemprego assuma longa duração para estas pessoas, pois as alterações de saúde resultam em desvantagem na concorrência às vagas do mercado de trabalho.

O agravamento concomitante da pobreza e da deterioração da saúde dos desempregados e de suas famílias vem sendo verificado nos

países em que a progressão do desemprego não tem sido acompanhada de políticas sociais suficientes para garantir aos desempregados condições de subsistência compatíveis com suas necessidades essenciais nem perspectivas de apoio para a reinserção, a curto ou médio prazo, no mercado de trabalho.

2. A Dimensão Psicossocial e os Distúrbios Mentais no Desemprego

São já numerosos os estudos que têm sido realizados, em regiões e em países afetados pelo desemprego com respeito às repercussões do mesmo na saúde mental dos desempregados. Há falta ainda, entretanto, de estudos que, utilizando uma mesma metodologia, permitam a realização de análises comparativas entre distintos contextos nacionais diferenciados segundo condições políticas, sócio-econômicas e culturais.

A existência de uma relação clara entre as diferentes etapas do desemprego e do tipo de distúrbio psíquico ou psicossocial é verificada por diferentes estudos. Eisenberg e Lazarsfeld, já em 1938, registraram: "Todos os autores que escrevem sobre o desemprego estão de acordo sobre os seguintes pontos: existe de início um choque, o qual é seguido por uma fase de procura febril de um emprego, no curso da qual o indivíduo é otimista e ainda não se mostra conformado; ele conserva uma atitude resolvida. Em sequência, depois de terem fracassado todos os seus esforços, o indivíduo se torna pessimista e ansioso, situando-se à beira de um profundo transtorno. Esta etapa é a mais crítica de todas. Ao final, o indivíduo se torna fatalista e se adapta à sua nova situação, porém com limitações. Ele passa a ter uma atitude submissa."

SPRUIT et al. (1985) constataram diferenças significativas na prevalência de distúrbios mentais entre empregados e desempregados, num estudo epidemiológico do qual foram excluídos da amostra aqueles desempregados



Foto: Pedrão

que antes do desemprego já tivessem apresentado transtorno psíquico.

A correlação entre desemprego e transtorno mental é também confirmada pelas pesquisas que demonstram que pessoas que haviam apresentado manifestações psicopatológicas no decurso da experiência de desemprego tiveram remissão dos sintomas ao obterem novo trabalho. (Jackson et al., 1983.)

Desemprego, Pobreza e Trabalho não Qualificado

WHELAN (1992) publicou os resultados de estudo realizado na Irlanda, em nível nacional. Esta pesquisa permitiu analisar diferenças de risco mental no desemprego conforme inserção social. O nível prévio de renda e o grau de qualificação profissional constituíram-se variáveis importantes na explicação das diferenças encontradas. Quanto maior a pobreza e quanto menos qualificado profissionalmente o indivíduo, maiores as chances de agravo mental. O estado geral de saúde também esteve fortemente associado às desvantagens apresentadas pelos indivíduos dos estratos sociais de maior pobreza.

O mesmo autor aponta alguns pontos de grande interesse. Assinala, assim, que mesmo sendo o próprio desemprego uma causa importante de pobreza, deve ser lembrado que o distúrbio mental que surge entre pobres desempregados não pode ser atribuído apenas ao agravamento da situação de pobreza. Pois o papel do trabalho na integração do indivíduo em uma rede de relações sociais é também de alto significado para o favorecimento da saúde mental. Deste modo, Whelan analisa as repercussões psicopatológicas do desemprego em pessoas de camadas sociais acima da faixa de pobreza. A pesquisa irlandesa mostrou que "os desempregados não pobres possuem cinco vezes mais chances de transtorno psíquico que pessoas dos mesmos níveis que estejam empregadas ou aposentadas. Entretanto, nossos resultados mostram claramente que o impacto do desemprego aumenta significativamente para os pobres: uma pessoa em catorze, entre os não pobres empregados ou aposentados, apresenta transtorno mental, enquanto a taxa se eleva a mais de dois sobre cinco para os que são vítimas simultaneamente do desemprego e da pobreza." (pg.182)

3. Risco de Suicídio nas Situações de Desemprego



Foto: Suzuki

Diferentes pesquisadores investigaram as relações entre desemprego e suicídio, em vários países, ao longo de diferentes períodos que incluíram fases de recessão econômica.

FRIED (1966) e PHILIPPE (1990) realizaram revisões da literatura médica sobre o assunto e efetivaram pesquisas epidemiológicas, estudando estatisticamente o risco de suicídio em sua correlação ao desemprego. É importante assinalar que nas pesquisas mais recentes, Philippe, durante os anos 80, na França, distinguiu os casos e tentativas de suicídio de pessoas sem e com antecedentes psiquiátricos, constatando que a situação de

desemprego se configura realmente como um fator de risco. Os grupos em que houve maior incidência foram os correspondentes a pessoas jovens, solteiras, divorciadas ou separadas. As taxas foram maiores para os desempregados do sexo masculino.

As conclusões deste estudo realizado por Philippe sobre a gravidade do risco de suicídio na situação de desemprego, atualizam as observações de Fried, referidas a um período de cerca de 50 anos antes, levando-nos a pensar que, não obstante todas as transformações sociais, econômicas e políticas de meio século, o significado do desemprego continua carre-

gando em seu bojo conotações a tal ponto desalentadoras, que o risco de desencadear sentimentos e ações de desespero - dentre as quais ressalta o suicídio -, permanece perigosamente intenso.

4. O Desgaste na Saúde nos Critérios Demissionais

O estado de saúde individual pesa nos critérios adotados pelas empresas para tomar decisões quanto a quem perderá o emprego, quando se trata de operacionalizar cortes de pessoal nas reformulações organizacionais e tecnológicas(5) (6) (16) (20).

Ao longo da trajetória ocupacional, isto é, da vida de trabalho de cada assalariado, acontece um acúmulo de desgastes sempre que as características do trabalho sejam agressivas à saúde. Deste modo, dependendo do tempo de permanência em empregos desgastantes, o próprio processo natural de envelhecimento pode ser acelerado e intensificado.

Assim, na efetivação dos "enxugamentos" prescritos pelos princípios administrativos de racionalização, serão justamente os empregados mais desgastados aqueles que primeiro serão sacrificados em nome da produtividade, ou, mais contemporaneamente, de uma "qualidade total" onde corpos e mentes já prejudicados não têm mais lugar.

DESSORS, SCHRAM e VOLKOFF (1990) esclarecem a forma pela qual vai se processando o desencontro entre novas exigências empresariais e uma desqualificação que se associa à corrosão da saúde. O título do estudo é bastante elucidativo: "Da 'desvantagem de situação' à seleção-exclusão: um estudo das condições de trabalho anteriores às dispensas econômicas". Trata-se de uma investigação que mostra, em primeiro lugar, que a causa econômica ou tecnológica das demissões corresponde a critérios em que o que alguns economistas denominam "capital humano" é reduzido à condição de instrumento. O que significa que a avaliação destes "instrumentos" deverá analisar suas "condições objetivas" tendo em vista a eficácia dos mesmos para que sejam alcançadas determinadas metas de produção. Portanto, quando se trata de promover cortes para, na recessão, restringir despesa com salários e concentrar a produção no esforço de um número menor de empregados, o nível de desgaste e a idade, conjuntamente, configuram um critério para a tomada de decisão referente a "demitir ou conservar". A lógica do critério é simples: pressupõe-se que só os em melhores condições de saúde intensificarão a produção.

Quando se trata de um empregado não especializado, nos momentos de renovação tecnológica e/ou introdução de novas práticas de organização do trabalho, a "descartabilidade" e substituição do trabalhador se baseará num conjunto um pouco mais complexo de atributos, onde à avaliação do estado de saúde e da idade se acrescenta a análise da medida em que o empregado é "reciclável" com fins de atender às novas exigências da modernização. Assim, integradamente ao grau de desgaste, o nível de qualificação pesará nas decisões(5).

O estado de saúde também pesa quando se trata de encontrar um novo emprego. Um estudo realizado na ex-Alemanha Ocidental (República Federal da Alemanha) ao longo do período 1984-1988, pelo DIW (Instituto Alemão de Pesquisas Econômicas), acompanhou ano a ano a situação de 5.516 pessoas entre 18 e 64 anos de idade. ELKELES e SEIFERT (1993) com base neste estudo longitudinal, analisaram a correlação entre estado de saúde e desemprego. Concluíram que a deterioração da saúde se constitui em importante fator nos critérios demissionais. Esse estudo constatou, entre outras verificações, as seguintes:

- 1) Os assalariados cuja saúde havia sofrido mais agravos foram também os que mais perderam seus empregos;
- 2) Dentre as pessoas que haviam ficado desempregadas, as que obtiveram novos empregos foram predominantemente as mais saudáveis;
- 3) Em contrapartida, os desempregados portadores de perturbações da saúde foram os que, proporcionalmente, mais permaneceram na situação de desemprego;
- 4) Não foi constatada relação causal de situação de desemprego ocasionando deterioração da saúde.

Esta última conclusão, se por um lado contraria outros estudos sobre o assunto, pelo outro nos conduz a importantes reflexões quanto às distinções que necessariamente devem ser consideradas entre os contextos (sócio-econômicos, políticos e culturais) quanto ao favorecimento desta causalidade.

Não seria possível, neste artigo, analisar todos os aspectos que se entrelaçam na determinação destas diferenças. Entretanto, pode ser afirmado que a percepção da situação e o grau de esperança quanto à superação do desemprego dependerão em grande parte destas mesmas diferenças. As condições de vida durante o desemprego, a auto-imagem e a dignidade do desempregado, são outros tantos aspectos que por um lado estando fortemente determinados por esse contexto, irão pelo outro repercutir na dinâmica psicossocial e psicossomática dos processos que levam ao fortalecimento da saúde ou às manifestações de doenças.

5. A Situação Latino-Americana e o Brasil

As complexas dinâmicas psicoculturais que acompanham a recessão, merecem certamente estudos especiais no contexto mais amplo da América Latina, para uma compreensão mais clara de como outros fenômenos sociais fortemente preocupantes - como a violência e também o consumo de bebidas alcoólicas e de drogas - se interrelacionam com o desemprego e com as recessões prolongadas, em mecanismos que passam, inexoravelmente, pelo empobrecimento, pela corrosão da identidade social e pelo dilaceramento de esperanças individuais e coletivas.

MARTÍN BARÓ (1983), analisando a importância do trabalho na construção da identidade e como núcleo ao redor do qual o indivíduo desenvolve significado para a própria vida, observa, entretanto, que na realidade latino-americana a situação obriga a encarar aspectos muito dramáticos: "Precisamente porque o trabalho desempenha um papel tão crucial na definição da existência pessoal, naquilo que uma pessoa pode chegar a ser mediante aquilo que faz, resulta tão grave a falta generalizada de trabalho que se apresenta como situação habitual para uma maioria de latino-americanos. Em El Salvador, as taxas reais de desemprego da população economicamente ativa chegaram em anos recentes a níveis superiores a 50%, e esta trágica realidade chega apenas a ser esmaecida pelo emprego temporário e pelas formas marginais de subemprego. Assim, o primeiro problema que se apresenta a um setor muito grande da população salvadorenha é o de encontrar trabalho, e apenas em segundo lugar o de desenvolver-se pessoalmente no trabalho que lhe seja acessível (...). A busca continuada de emprego é a principal ocupação do salvadorenho médio e certamente sua mais profunda preocupação. Unicamente a seguir, para aquele que possui trabalho assegurado, é que se coloca o problema do "sentido laboral" (p.186).

Chile - Observações num contexto de Ditadura Militar

LIRA e WEINSTEIN (1980) estudando no Chile, ao longo de vários anos em acompanhamento psicológico, pessoas desempregadas, desenvolvendo importante revisão do assunto, delineando, inclusive as etapas pelas quais evolui a "psicopatologia do desemprego", num contexto em que as possibilidades de

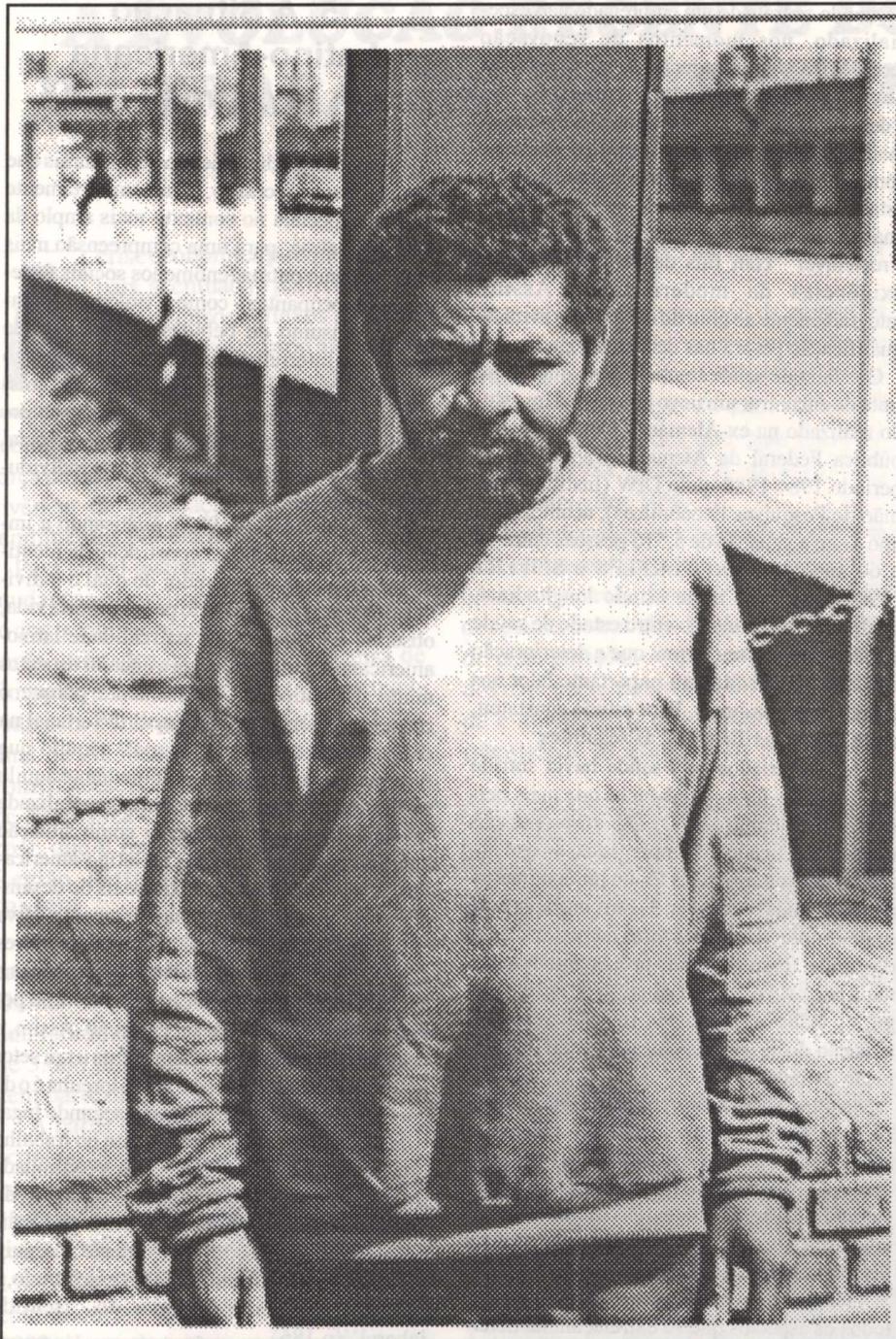


Foto: Pedrão

enfrentamento político e de ações solidárias organizadas se tornaram impedidas por forte estrutura repressiva. Considerando o trabalho como uma instância primordial da relação entre o indivíduo e a sociedade, além de suporte fundamental da própria identidade, forma de expressão de capacidades e fonte de subsistência material, as autoras constataam: "a desarticulação da prática social, decorrente do desemprego, deixa um vazio que gera desequilíbrio no espaço interno das relações

privadas, superdimensionando e sobrecarregando este espaço, bem como nas relações concretas e reais de reflexão e participação social e política". A alienação sobreviria como uma das consequências desta situação, e estaria refletida, basicamente, através das seguintes vivências:

1) Impotência individual, em que o indivíduo tem a sensação de perda de controle sobre a própria possibilidade de tomar decisões sobre seu futuro, passando a sentir-se intensamente

vulnerável e fragilizado;

2) Sensação de esvaziamento do sentido da própria vida;

3) Perda de pontos de referência para programar o cotidiano;

4) Isolamento social, em que "o indivíduo se sente só, abandonado e excluído".

A partir das observações realizadas nas pessoas desempregadas cujo acompanhamento realizaram, as mesmas autoras chilenas conseguiram identificar, também, aspectos psicodinâmicos vinculados à alienação e à frustração decorrentes do desemprego, detectando, como consequências principais, quatro respostas psicológicas básicas, cuja dinâmica e reflexo na vida familiar e na atitude face à sociedade e a si mesmo as autoras analisam. Estas respostas surgiram geralmente dentro da seguinte sequência: a) Agressão; b) Regressão; c) Fixação (comportamento rígido, estereotipado); d) Apatia.

No momento em que vivemos, a preocupação com a violência torna especialmente relevante o que as autoras mencionam com respeito à agressão: Freud foi um dos primeiros a assinalar que a cólera que se segue às experiências frustradoras pode ser projetada pelo indivíduo sob formas muito diversas. Pode ser dirigida ao objeto que a produziu, o que no caso do desemprego seria o sistema social. Porém, se este direcionamento da agressão é impossibilitado, em parte pela natureza do objeto (difuso, onipotente) ou das respostas que possam ser esperadas do mesmo (represálias, outras agressões, etc.), é produzido um deslocamento.

Dentro do sistema político autoritário-punitivo, onde os canais de protesto e encaminhamento de reivindicações da população em geral, e portanto, também das massas desempregadas, se encontram rompidos, as autoras constataram a frequência do deslocamento da agressividade. A dor/frustração ocasionada pelo desemprego/impotência para luta eficaz, conduziram, de forma infeliz, a ataques dirigidos contra a própria família, ou, também com frequência, à auto-agressão. Ou, ainda, a atos delinquentiais dirigidos ao meio circundante.

A repercussão da frustração/agressão em nível do relacionamento conjugal, é muito bem explicitada pelas autoras: "O desemprego prolongado vai gerando uma série de condições que alteram o modo de vida do grupo familiar. Surge a instabilidade emocional, ocorrem acusações recíprocas entre os cônjuges, um exige do outro mais do que pode ser dado. As carências vão se tornando cumulativas, uma vez que para comer torna-se necessário vender e empeñar objetos, o que vai reduzindo o mundo das coisas que compõe um lar. O que resta vai sendo marcado pela pobreza - a roupa de pobre,

a casa de pobre, a comida de pobre - o que vai estruturando uma identidade de pobre, de pessoas desvalorizadas.”

Proseguem as autoras, demonstrando como a experiência de desemprego prolongado pode originar ao mesmo tempo, reações patológicas e transformações na identidade social. A ruptura do projeto de vida assume papel marcante nestes processos. O alheamento, em que o indivíduo se sente separado de tudo o que era antes, pode emergir.

Seria neste ponto que ocorreria uma ruptura muitas vezes do tipo psicótico, isto é, a *loucura*. Ela surge, assim, no momento final resultante de todo um processo de deterioração dos principais parâmetros da identidade, que se desenvolve ao longo do desemprego prolongado. Este processo de gradual destruição da identidade é estudado também pelas autoras citadas. Alguns dos aspectos que ressaltam dentro deste processo, são: a forma pela qual o projeto de vida individual e o ideal de si mesmo são duramente confrontados com as práticas, papéis e valorizações sociais experimentadas pelo indivíduo; a resultante queda da autoestima; a quebra da identidade ocupacional, em verdade indissociável da identidade global, o surgimento de uma identidade negativa, produto da dissolução patológica dos “vínculos de integração da identidade” considerados pelas autoras. Essa “identidade negativa” estaria representada por uma situação de dupla carência: ausência de atividade laboral e ausência de recursos indispensáveis para o sustento familiar.

As fases do processo psicopatológico descrito pelas autoras corresponde, em suas linhas gerais, aos especificados por outros autores, mas apresentam peculiaridades que refletem a repressão política da época.

Nas conclusões do impressionante relato de Lira e Weinstein ressalta claramente uma diferença marcante entre o desemprego dos países pobres e o desemprego dos países ricos: a pobreza passa a constituir-se um agravante de enorme poder para a eclosão das doenças em geral, e muito especialmente para aquelas que se desencadeiam a partir da agressão ao psiquismo, quando são atacadas a identidade e as perspectivas de manter projetos de vida digna.

Recessão e a Psicopatologia do Desemprego no Brasil

Inexiste, até o momento, a publicação de uma pesquisa extensa sobre a interrelação desemprego-saúde mental no Brasil.

Na recessão do início dos anos 80 tivemos ocasião de estudar as formas pelas quais aumentou, então, o desgaste mental de trabalhadores industriais que ainda mantinham seus empregos. Considerando-se que muitos vieram, posteriormente, a perder estes empregos, pode-se, a partir daí, considerar a fragilização ocorrida imediatamente antes do advento do desemprego como importante aspecto a merecer atenção na análise da situação dos desempregados.

De modo geral, nos estudos de casos então realizados verificamos uma exacerbação do cansaço e das tensões, ocasionada pelo aumento das exigências e pressões exercidas sobre estes trabalhadores durante a recessão. No esforço de maximizar a produtividade ao longo da crise, as empresas haviam modificado as condições materiais e organizacionais do trabalho, tendo ocorrido, mais notadamente além das dispensas maciças que resultaram em sobrecarga de trabalho para os empregados remanescentes: prolongamento das jornadas de trabalho, que nem sempre eram acompanhadas por pagamento de horas-extras; intensificação do ritmo de produção; acúmulo de funções para um mesmo assalariado; restrição do número e da duração das pausas, em certos casos até com supressão completa das mesmas; desvios de função (que, por falta de treinamento, resultavam muitas vezes em aumento dos riscos de acidente) e maior utilização, pelas firmas, do regime de trabalho em turnos alternados.

Além disso, ocorria uma compressão de despesas, em que as empresas procuravam economizar às custas da diminuição dos gastos com pessoal de manutenção e de limpeza, equipamentos de proteção, refeições, leite e substituição de ferramentas desgastadas. Em tais circunstâncias, obviamente, aumentavam os esforços, os riscos enfrentados e, por consequência, também o cansaço e a ansiedade. Esta ansiedade tinha muitos conteúdos, sendo feita, geralmente de diferentes medos: o medo de acidentes, tornados mais prováveis nas situações descritas; o medo de não resistir ao cansaço e desgaste percebidos, passando a render menos ou adoecendo; o medo, sobretudo, de perder o emprego.

A intensificação dos conflitos, quer entre trabalhadores e suas chefias, quer entre companheiros de trabalho, foi outro aspecto observado como contribuindo para o aumento das tensões.

Na mesma fase recessiva, realizamos também estudos de casos em que trabalhadores desempregados haviam tido desencadeamento de sintomatologia psiquiátrica ou psicossomática, e nos quais a análise integrada dos eventos de vida, trabalho e aspectos clínicos permitiu identificar fenômenos cu-

mulativos pelos quais o processo de desgaste se havia acentuado ao longo de etapas sucessivas da vida laboral e, depois, da situação de desemprego. Em geral, nestes casos estudados, o desgaste mental - que se expressava mais frequentemente através de manifestações de tipo depressivo, estava associado a outros transtornos de saúde, destacando-se aí a hipertensão arterial e distúrbios do aparelho digestivo (17).

Nos casos estudados, o choque inicial, por ocasião da dispensa, configurou-se para alguns como verdadeiro trauma, resultando o aparecimento, depois, de manifestações de inquietação, insônia e do reviver mentalmente, de modo repetido e frequente, o episódio da dispensa. Este conjunto de sintomas, é o que costuma caracterizar a chamada *neurose traumática*.

A percepção da própria saúde estava alterada, agravando a ansiedade dos desempregados, que se preocupavam vivamente quanto às restrições que tal estado acarretaria para a aceitação de um novo emprego. Em vários casos, além dos distúrbios que percebiam em si mesmos, os trabalhadores se preocupavam pela ocorrência de doenças em seus familiares, para as quais não podiam obter assistência médica adequada.

Neste estudo, foi possível encontrar muitos pontos de semelhança, nos aspectos da dinâmica psicológica, com os estudos já mencionados de outros autores, e muito especialmente com o que foi relatado por Lira e Weinstein (1980).

No Brasil, ainda na recessão do começo dos anos 80, CAMON (1986) estudou tentativas de suicídio analisadas no período 80-83, consta-

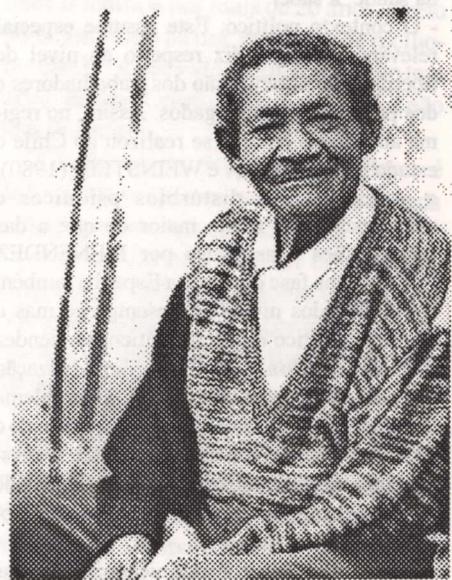


Foto: Alderon P. da Costa - CDCM

tando que ao longo dessa fase, anualmente aumentou a proporção de tentativas em que o desemprego foi mencionado como causa pelos pacientes atendidos em serviços de emergência de vários hospitais, na cidade de São Paulo. (2)

Na revisão que procuramos realizar sobre o assunto, não encontramos estudos brasileiros que avaliassem estatisticamente a correlação estado de saúde / risco de desemprego ou analisado os critérios demissionais referidos aos transtornos da saúde mental ou geral.

Entretanto, pode ser esperado que, em períodos de recessão, também no Brasil o incrível aumento de candidaturas às vagas do mercado de trabalho piore as chances dos desempregados desgastados de obterem novamente empregos. De onde se pode cogitar que, ao mesmo tempo que tiveram precedência na "seleção para demissão", são estes os desempregados que devem ter mais graves perspectivas de um desemprego prolongado.

Cabe ainda lembrar que a utilização da rotulação psiquiátrica como estratégia de sobrevivência foi constatada por alguns estudos realizados antes do advento do seguro-desemprego. O que significa que trabalhadores desempregados buscaram um diagnóstico psiquiátrico ou mesmo uma hospitalização psiquiátrica para garantir sua subsistência e a de seus familiares (3) (8) (10).

6. Considerações Conclusivas

Ao concluir, queremos ressaltar três aspectos a serem considerados quando da análise das correlações entre desemprego e perturbações da saúde, a saber:

- O contexto político: Este assume especial relevância no que diz respeito ao nível de liberdade de organização dos trabalhadores e dos próprios desempregados. Assim, no regime autoritário em que se realizou no Chile o estudo feito por LIRA e WEINSTEIN (1980), a gravidade dos distúrbios psíquicos e psicossociais foi muito maior do que a das perturbações constatadas por MENENDEZ (1984) numa fase em que na Espanha também havia elevados níveis de desemprego mas o contexto político era democrático. Menendez assinala o quanto a possibilidade de mobilização na busca de soluções coletivas para o problema do desemprego se torna importante, evitando o desenvolvimento de patologia mental. O mesmo autor mostra também como a possibilidade de quaisquer ações solidárias neutraliza o isolamento e o desânimo.

- A ação do Estado: A definição de políticas sociais direcionadas ao trabalho e aos desem-

pregados, quando de sua implementação permitem que se estabeleça confiança e, portanto, que seja mantida a esperança. Inexistindo condições para que essa confiança e esperança se façam presentes, certamente a situação de desemprego representará maior risco mental, psicossomático e psicossocial.

- O papel da comunicação: As formas pelas quais as questões do trabalho e do desemprego são esclarecidas e discutidas pela sociedade também merecem atenção na análise, pois quando a natureza social do desempregado é amplamente reconhecida, este deixa de ser uma culpa ou um sinal de fracasso individual que leve os desempregados a sentimentos de vergonha e à busca de isolamento.

Por fim, é importante ter presente o fato de que as pessoas que concomitantemente apresentam menor qualificação profissional e maiores complicações em seu estado de saúde - em especial da saúde psicossocial - tendem a constituir um segmento cada vez mais amplo de desempregados entre as populações de países onde se associam: a) recessão prolongada, b) implantação de transformações tecnológicas e organizacionais modernizantes, c) políticas sociais insuficientes para prevenir e resolver os problemas de saúde, emprego e qualificação, d) fragilidade e lentidão no amadurecimento da cidadania.

Diante do exposto, cabe pois uma séria reflexão por parte de todos aqueles que carregam a responsabilidade social com respeito às políticas que provocam e agravam o desemprego, bem como àquelas outras que poderiam assegurar melhor qualidade de vida tanto aos que ainda trabalham, quanto aos que já perderam seus empregos.

*** Edith Seligmann-Silva é Professora no Dpto. de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da USP e na Escola de Administração de Empresas (EAESP FGV)**

Referências Bibliográficas

- 1) BRENNER, M.H. e MOONEY, A. - Economic Change and sex-specific cardiovascular mortality in Britain 1955-76 - Soc. Sci. Med. 16:431-442, 1982.
- 2) CAMON, V.A.A. - Como uma sociedade suicida aniquila suas vítimas: A Saúde Mental no Brasil - In ANGERAMI-CAMON (Org.) Crise, Trabalho e Saúde Mental no Brasil, ed. Traço, 133-150, S.Paulo, 1986.
- 3) DELGADO, P.G.G. - Mal-estar na indústria - Dissertação de Mestrado-Instituto de Psiquiatria/UFRJ, 1983.
- 4) DEJOURS, C. - Réactions psychopathologiques aux ruptures involontaires d'activité professionnelle - Psychologie Médicale,

15 (11): 1875-1880, Paris, 1983.

5) DESSORS, D.; SCHRAM, J. e VOLKOFF, S. - Du "handicap de situation", à la sélection-exclusion: une étude des conditions de travail antérieures aux licenciements économiques - Rapport, n.101. Laboratoire d'Ergonomie et de Neurophysiologie du CNAN. Paris, 1990.

6) ELKELES, T. e SEIERT, W. - Unemployment and Health-Impairments: Longitudinal Analyses for the Federal Republic of Germany - Relatório de Pesquisa - Social Science Research Center Berlin, 17pp.

7) FRIED, M. - Effects of Social change on mental Health - In: BERGEN, B. e THOMAS, C. - Issues and problems in Social Psychiatry - Ed. C. Thomas, pp.358-379, Illinois, 1966.

8) GUEIROS SOUZA, M.C. - 'Doença dos Nervos' como estratégia de sobrevivência-mimeo, 46pp., Recife, 1980.

9) JACKSON et alli. Unemployment and psychological distress in young people: the moderating role of employment commitment - J. of applied Psychology, 68, 525-535, 1983.

10) LAURELL, A.C. e SERRANO, M.M. - Crisis y Salud en America Latina - Revista Centro-Americana de la Salud (21): 21-37, Jan-abril, 1982.

11) LEEFLANG, R.L.I.; KLEIN-HESELINK, D.J. e SPRUIT, I.P. - Health effects of Unemployment - Soc. Sci. Med. 34(4): 341-363, 1992.

12) LIRA, E. e WEINSTEIN, E. - Desempleo y dano psicológico - 22p. Mimeo. Santiago, 1980. (Apresentado ao II encontro Latino-Americano da Rede de Alternativas à Psiquiatria, Belo Horizonte, 1983).

13) MARTIN-BARÓ, I. - La Interaccion Personal: Contexto y Percepcion - In MARTIN-BARÓ, I. - Acción Y Ideología, pp.183-235, UCA Ed. El Salvador, 1990.

14) MENENDEZ, F.P. - Trabajo, miedo al despido y paro, tres graves amenazas del obrero - Coord. Nacional de Trabajadores en paro de Euskadi Sur, pp.40-54, 1984.

15) PHILIPPE, A. - Risque suicidaire et statut professionnel - Revue Trimestrielle du SNPMT (143): 48-51, 1990.

16) RUDOLPH, H. - "RFA-Changement et Diversité" - In BENOIT-GUILBOT, O. et GALLIE, D. (orgs.) - "Chômeurs de longue Durée", pp.105-123, Actes-Sud, Arles, 1992.

17) SELIGMANN-SILVA, E. - Crise Econômica, Trabalho e Saúde Mental - In ANGERAMI-CAMON (Org.), Crise, Trabalho e Saúde Mental no Brasil - Traço Ed., pp.54-132, S.Paulo, 1986.

18) _____ - Desgaste Mental no Trabalho Dominado - Ed. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

19) SPRUIT et alli. - Experiencing unemployment, financial constraints and health - Apud WHELAN, C.T. (referência a seguir).

20) WHELAN, C.T. - Désarroi psychologique et pauvreté en Irlande - In BENOIT-GUILBOT et GALLIE, D. (Orgs.) Chômeurs de longue durée - pp. 175-186, Actes Sud, Arles, 1992.

ECONOMIA INFORMAL E FORMAÇÃO HUMANA:

O processo educativo de mulheres recicladoras de lixo

Nilton B. Fischer*

INTRODUÇÃO

A sobrevivência de homens e mulheres, migrantes e moradores das periferias urbanas no Brasil, vem dependendo cada vez mais de atividades produtivas do setor informal da economia. Conforme Médici e Souza Aguiar, "entre 1980 e 1990, a renda per capita brasileira caiu 6% em meio ao recrudescimento da inflação, desemprego e da crise fiscal do Estado. O setor informal do mercado de trabalho teve expressivos aumentos, num contexto onde as más condições de vida urbana se intensificaram ao sabor da violência e do explosivo crescimento das aglomerações de baixa renda"(1). Neste artigo pretendemos fazer uma análise preliminar sobre a apro-

priação de categorias da economia pelos participantes dos projetos de educação popular (que têm se desenvolvido em Porto Alegre, nos últimos cinco anos, com mulheres catadoras/recicladoras), suas relações com a ecologia, bem como o papel do Estado nesse processo.

Numa breve comparação com projetos de educação popular de 30 anos atrás podemos constatar que atualmente as temáticas centrais têm apontado cada vez mais na direção de uma releitura das palavras: mercado; produtividade; preços; custos; matéria-prima e outras diretamente relacionadas com a atividade produtiva. Tais palavras geradoras têm refletido um movimento de apropriação de temáticas oriundas da economia. Esse processo demonstra concretamente a modalidade de educação popular que Brandão refere:

"uma última (modalidade) está no teor de saber que cada experiência popular coletiva, refletida e instrumentalizada de conhecimentos (e aí está boa parte do papel do educador popular) acrescenta em termos de um saber mais consistente (alguns preferem dizer: um saber orgânico) àquilo que as pessoas, os grupos e os movimentos populares já sabem"(2).

Nos projetos em questão, podemos destacar outra variável: a presença de políticas públicas oriundas de uma ação consciente do Estado, no caso a Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Por mais que as propostas neoliberais registrem a tendência de reduzir o Estado às suas funções sociais, estas não têm se constituído num processo de "mão única", no sentido do controle da Prefeitura sobre projetos de educação e economia populares. No caso de Porto Alegre, nos galpões onde trabalham mulheres recicladoras, a política da Administração popular acena a possibilidade de que tais projetos sejam o embrião gerador de profunda transformação também na esfera produtiva. Além disso, inclui-se a relação com aspectos ligados à busca de soluções para a ecologia. Tal enfoque, guardadas as suas proporções, se vincula com uma ação sobre a sociedade na direção de sua superação. Marx (3) demonstra semelhantes preocupações com a preservação das pré-condições ecológicas da vida humana para as gerações futuras: "...nem mesmo toda uma sociedade, ou toda uma nação, ou todas as sociedades contemporâneas tomadas em conjunto, são donas absolutas da terra. São apenas seus ocupantes, seus beneficiários, e, como um bom pai de família, têm de deixá-la em melhores condições para as gerações seguintes".



Foto: Arquivo CEM

O PROCESSO PRODUTIVO DA RECICLAGEM: o lugar da ação

A produção de matéria-prima, no caso, lixo seco (papel/papelão; vidro; plástico e latas) representa em Porto Alegre, conforme mais recentes (jan/93) dados do DMLU (Departamento Municipal de Limpeza Urbana) um total de 510 toneladas diárias. Desse total, a "coleta seletiva" representa 40%, o equivalente a 204 toneladas, das quais 9% vai para galpões onde atuam as mulheres recicladoras(4).

A importância da presença do poder público em mediar esse processo é fundamental favorecendo que tal atividade se realize sem custos de transporte. Mais do que isso, tal participação evidencia uma parceria do Estado com a atividade produtiva, significando muito mais a contribuição na capacitação dos agentes econômicos do que mero controle. Este tipo de política pública corresponde a discussões muito atuais acerca da relação Estado-Economia: "a economia não é uma máquina; é a soma de milhões de atos e decisões individuais e coletivos, impossíveis de serem totalmente controlados, que levam a um resultado predeterminado. (...) É preciso criar instituições políticas e econômicas que permitam à produção atender às necessidades; que orientem as pessoas, apontando-lhes caminhos e criando vias/canais de comunicação entre vários produtores e entre produtores e usuários"(5).

Como resultante da ação do Estado se constata a contrapartida, ou seja: a produção realizada em dois galpões (o da Ilha Grande dos Marinheiros e da Av. Dique - Santíssima Trindade -) revela um aproveitamento de 70% desse material, transformado em fardos de material reciclado que é comercializado de forma direta com os compradores, grandes empresas, eliminando assim a figura do intermediário e ao mesmo tempo gerando um ganho semanal por indivíduo equivalente a meio salário mínimo.

Um dos pontos de estrangulamento,

em qualquer atividade produtiva, está relacionado com a qualificação da mão-de-obra e com a conseqüente repercussão na produtividade desse setor. Como se pode imaginar não é fácil a instauração de um processo educativo que tenha como objetivo aumentar a produção num setor tão complexo como o do lixo seletivo, ainda mais levando-se em conta que a mão-de-obra se constitui de mulheres desenraizadas, moradoras na periferia urbana advindas de uma relação com o trabalho no campo e de recentes formas de trabalho mais relacionadas com "biscates". No entanto, é no espaço físico desses galpões que as mulheres apreendem uma nova forma de trabalhar, procurando incorporar novos conhecimentos que a prática da reciclagem do lixo exige. Como enfatiza Ecléa Bosi(6): "o trabalho não é só ação, é também lugar de ação, que a lembrança do operário sabe de cor, distinguindo os ambientes tranquilos, onde se desenhava e escrevia, das seções ruidosas e fétidas, onde se corria o risco de envenenamento e mutilação. É um campo associativo completo, pois reúne as dimensões corporal, social e política do trabalho, vividas intensamente por todo o seu grupo de convívio".

A assessoria, nestes últimos cinco anos, desenvolveu um processo contínuo de formação a partir de um objetivo político determinado: organização popular. Num primeiro momento isso pode parecer somente o privilegiamento de ações públicas de reivindicações e os constantes abaixo-assinados na luta por seus direitos. No caso das mulheres papeleiras tal formação esteve vinculada diretamente com a necessidade de organizar a produção.

Para tanto foram necessárias etapas que - preliminarmente - garantissem algumas condições mínimas de trabalho: foi construído um galpão, com a devida especificação de altura e tamanho para garantir a entrada dos caminhões da coleta seletiva e da instalação de cestas que permitissem o depósito da matéria-prima. Aos poucos tal procedimento foi aperfeiçoado para poder atender a forma de organização das equipes de produção. Cada galpão tem sua própria organização, mas o princípio da divisão da matéria-prima por equipes de trabalho, para o primeiro

momento de classificação da matéria-prima, é importante pois permitirá que o segundo momento seja feito em rodízio para melhor aproveitarem os equipamentos existentes, tais como: prensa de latas e de papel/papelão; moinho de plástico e o enfardamento do material classificado.

Os resultados dessa organização da "mão-de-obra" têm demonstrado serem adequados ao permanente processo educativo. Miguel Arroyo (7) destaca esse vínculo entre a atividade produtiva e a "formação humana": "Quando nos aproximamos do princípio educativo onde realmente ele se dá, passamos a perceber que os setores populares estão se transformando em um novo ser social. Por mais embrutecedora que seja a modernização econômica e as formas de inserir os setores populares como agentes produtivos racionais e eficientes, esses processos materiais terminam sendo contraditoriamente agentes de avanço intelectual, moral, político e cultural desses setores populares incorporados. Os avanços educacionais do povo são inseparáveis de avanços concretos ocorridos nos processos de produção onde esse povo é incorporado como trabalhador". Mesmo que o nosso caso seja o estudo junto ao mercado informal, tais contribuições podem ser perfeitamente aproveitadas.

Outra característica da ação educativa que diz respeito ao mundo do trabalho está no fato das equipes discutirem suas formas de trabalhar, inclusive sobre as questões concretas como atrasos, faltas e relações interpessoais. Esta instância dos grupos é depois socializada com todos os demais participantes, na tentativa de manter-se uma espécie de "código" de trabalho comum para todo o galpão. Nesse momento se incluem também discussões sobre a qualidade da matéria-prima recebida; sobre o preço das mercadorias no mercado; sobre a distribuição dos resultados da produção, e, inclusive sobre o que as empresas tradicionais fazem: a provisão para incertezas do mercado. Esta é uma das etapas extremamente interessante pois aguça a temática muito forte junto aos setores da população que vivem com o imediato da sobrevivência: como deixar de se apropriar do dinheiro obtido e "aplicá-lo" no mercado financeiro (caderneta de poupança) se as necessidades são sempre perma-



O breve estudo que fizemos abarca o processo educativo presente na ação econômica de sessenta mulheres recicladoras que atuam em dois galpões na periferia de Porto Alegre.

Temos aprendido muito e especialmente em relação aos projetos de educação popular aprendemos com o tempo. Brandão (9) traduz isso muito bem ao afirmar: "Descobriu-se aos poucos que tão importante quanto a inevitável dimensão política e histórica dada à educação popular era saber aplicar a ela um sentido de experiência imediatamente gratificante e prazerosa em si mesma, a cada dia. Que as

peçoas não viessem aos grupos de estudos e aos círculos de cultura apenas para aprender para um "depois", mas que chegassem para conviver, ali e agora, a partilha do afeto vivido com a troca de sentimentos e de saberes". Essas palavras, junto com as de Arroyo apresentadas acima, resgatam o trabalho como princípio educativo presente nos projetos de educação popular, modificando também as práticas dos "agentes". Por isso, os intelectuais, os agentes de mediação, perderam o receio de estudar atividades de geração de renda uma vez que foi superado o fato de só ver o lado "exótico", de retirar do lixo, por exemplo, sucatas para serem transformadas em brinquedos.

Além disso, há outro item a salientar: a presença do Estado como "indicador" de uma política pública que aproxima produtores e usuários. Ou seja: a ação das mulheres recicladoras favorece a conscientização do cidadão comum, produtor da matéria-prima (lixo seletivo), dando o significado ao seu gesto de classificar os componentes do lixo no espaço doméstico e com a "sugestão" do Estado. Finalmente, a resultante desse conjunto de interfaces é a construção de um modelo de desenvolvimento total, que interfere diretamente na qualidade de vida de todos e questiona as premissas predatórias de um processo de acumulação capitalista.

Quem melhor sintetiza esta idéia é Isabel Carvalho (10) dizendo assim: "A capaci-

dade de garantir a sobrevivência das gerações presentes e futuras dependerá da capacidade de construirmos um modelo rico em alternativas que possa enfrentar com novas soluções a atual crise sócio-ambiental. (...) Se a economia deixa de ser o único parâmetro para a definição de sustentabilidade, pode-se escolher o que vale a pena sustentar. Os custos não devem ser considerados apenas em moeda, dentro da lógica da acumulação, mas avaliados do ponto de vista daquilo que está disposto a pagar, em termos de mudança dos padrões de consumo e redistribuição de oportunidades para viabilizar uma sociedade mais equânime e menos predatória".

* Nilton B. Fischer é Professor do Programa de Pós-Graduação da UFRGS e atual Secretário de Educação do Município de Porto Alegre (RS).

NOTAS

- (1) Artigo: Desenvolvimento sem ética. André Cezar Médici e Marco Antonio de Souza Aguiar, in Políticas Governamentais (IBASE), número 80, vol. VIII, p.39. Mai-Jun/92.
- (2) Artigo: Educação Popular. Conversa em Família. Carlos Rodrigues Brandão, in Tempo e Presença (CEDI), número 195, p.21, Dez.1984.
- (3) Dicionário do Pensamento Marxista. Ed. Tom Bottomore, Jorge Zahar Editor, 1988, p. 115 (Ecologia).
- (4) José Luis Coraggio destaca a presença da mulher nessas atividades produtivas e as relações com seu espaço privado: "El papel protagonista de las mujeres en el funcionamiento de la economía domestica y en la más amplia economía popular es evidente. Pero, además, es fundamental su papel como agente de socialización y/o cambio, también en materia económica". CORAGGIO, Economía y Educación en América Latina. Flacso/Equador. p.45.1992.
- (5) Artigo: A economia de um mercado socializado. Diane Elson, In: Depois da Queda, org. Robin Blackburn, Paz e Terra, 1992, p.249.
- (6) Memória e Sociedade. Lembrança de Velhos. Ecléa Bosi. Ed. A. Queiroz, 1987, p.394.
- (7) Artigo: Um balanço positivo para os setores populares. Miguel G. Arroyo, in: Tempo e Presença (CEDI), número 238, ano 11, p.6. Jan-Fev/89.
- (8) Idem, Coraggio, p.47.
- (9) Artigo: A esperança do cotidiano. Carlos Rodrigues Brandão. In: Tempo e Presença (CEDI), número 229, abril/88, p.6.
- (10) Artigo: Os mitos do desenvolvimento sustentável, Isabel C. M. Carvalho, in: Políticas Governamentais (IBASE), v.VII, número 75, p. 21. Nov-Dez/1991.

mentes? Uma discussão se faz necessária nesse aspecto, pois é possível um avanço muito grande na compreensão da cultura das classes populares se aprofundarmos o estudo da categoria "tempo". Por exemplo: como se constitui a previsão do amanhã nessas populações (suas festas, aniversários, matrícula de seus filhos, dia de finados e visitas ao interior)? Como isso pode se traduzir na atividade econômica?

Estas perguntas, em parte são respondidas por Coraggio (8) ao estabelecer uma conexão entre as esferas econômicas dessas populações e a construção de uma sociedade democrática: "em todo caso, devemos aceitar o fato de que as preocupações fundamentais dos setores populares passarão pela problemática imediatista de sua sobrevivência, da segurança econômica, e advertir que por aí passa também a possibilidade de gerar sujeitos coletivos populares, capazes de participar de maneira não subordinada num sistema democrático. Esta perspectiva se enquadra numa visão política que reconhece a existência de estruturas, mecanismos e projetos de poder, evitando a idealização da democracia real e que propõe como projeto a conformação de um poder popular que permita o desenvolvimento de um sistema realmente democrático-participativo."

CONCLUSÕES

MULTIDÕES SOB CONTROLE:

As Frentes de Trabalho no Nordeste

Frederico de Castro Neves*

Nos períodos de estiagem no Nordeste, é comum a criação, pelo governo, de frentes de trabalho. O nome pode mudar - Frentes de Emergência, Frentes de Serviço, Bolsões da Seca, etc. - mas não o seu caráter: a formação de núcleos "artificiais" de trabalho nos períodos em que a economia local se vê desestruturada.

A análise desta questão tem, normalmente, seguido os mesmos princípios de organização das frentes, ressaltando sua função assistencial e sua importância na manutenção do sistema econômico como um todo. Daí as críticas acadêmicas se concentrarem na eficácia produtiva ou no direcionamento social das obras executadas, reforçando os protestos sindicais a respeito das condições de trabalho, salários, etc..

Gostaríamos de abordar um aspecto pouco enfatizado por estas análises: as frentes como parte de um conjunto de dispositivos disciplinares que buscam incorporar o trabalhador pobre ao universo da produção de mercadorias, ao ritmo intenso e frenético da divisão do trabalho, ao tempo linear do patrão. Para isso é necessário introjetar neste homem as noções fundamentais de *trabalho produtivo* e de *tempo útil*.

Este processo de internalização de normas e valores não pode ser destacado do processo geral de reorganização econômica - comumente denominado de "modernização" - estimulado pelas crises provocadas pelas secas. A "racionalização da produção", que esta "modernização" enseja e provoca, tem por fim exatamente libertar a economia da "anarquia das vontades individuais", que impede uma regularidade de funcionamento e previsibilidade de resultados, ou seja: significa impor aos trabalhadores uma única

e inacessível norma de trabalho, a que devem eles se adaptar por se tratar de uma necessidade técnica. Esta expansão modernizadora, portanto, precisa ser permanente e continuamente renovada, com vistas a poder responder às situações concretas particulares. Por outro lado, ela pretende resolver questões não só relativas ao funcionamento da economia, mas também de natureza política e social, relativas ao controle das massas populares que frequentemente tomam atitudes autônomas que interferem nas decisões e ameaçam a "racionalização". Isso porque o trabalhador não só migra, mendiga ou morre de fome nos tempos de seca; ele se revolta também, e saqueia, invade cidades, recusa-se a trabalhar, expõe publicamente as suas chagas, incomoda as classes abastadas urbanas; enfim, rebela-se abertamente e de forma radical contra uma estrutura social que o submete de maneira brutal. Pode-se concluir, portanto, que as normas do trabalho "disciplinado" não foram totalmente absorvidas pelo homem do campo no Nordeste, que molda suas ações a partir de regras de convivência baseadas na comunicação possível entre semelhantes - parceiros, meeiros, pequenos proprietários, arrendatários, etc. - e que valoriza suas relações, ainda, a partir de critérios não mercantis.

Assim, apresentaremos, dentro dos estreitos limites deste artigo, algumas questões que caminham nestas direções. Res salvamos ainda algumas limitações de ordem metodológica relativas à pesquisa original, da qual este trabalho é parte integrante(1).

Trabalho e Ociosidade

A principal crítica realizada pela imprensa cearense às frentes de serviço se

refere à sua ineficácia, no sentido da baixa qualidade das obras realizadas, e à sua inutilidade, no sentido de que apenas contribuem para manter os trabalhadores próximos aos seus locais tradicionais de moradia, sem obrigá-los, muitas vezes, a sequer cumprir uma semana completa de atividades. Alega-se que o "trabalhador rural ficou mal acostumado com os benefícios que recebe do Governo, em especial com os parcos salários do programa de emergência" (Tribuna do Ceará, 06.10.82). Questiona-se o "quadro triste de preguiça que envergonha um passado de glória em torno da decantada fortaleza do nordestino" (O Povo, 14.04.82). Queixa-se de que o "programa de emergência viciou o assalariado", pois os trabalhadores "não querem mais trabalhar", "não obedecem ao horário do patrão" e "só trabalham, quando muito, quatro dias por semana" (Diário do Nordeste, 28.11.82).

Estas queixas indicam uma grande preocupação com o *ócio* no exato momento em que "a agropecuária nas propriedades se ressentia da carência de mão-de-obra" (Tribuna do Ceará, 06.10.82). Há, assim, a urgente necessidade de disciplinar esta mão-de-obra, convertê-la em *força de trabalho*, submetê-la às condições de trabalho baseadas em rigorosa disciplina e ordem, nas quais o centro de decisões e o comando técnico se concentram na figura do patrão. A seca, enquanto desarticuladora da pequena produção de subsistência, radicaliza esta necessidade ao "liberar" aquela mão-de-obra que representava uma oferta potencial para o latifúndio na medida em que se mantinha em suas pequenas propriedades ou nos arrendamentos.

Impossibilitados de permanecer em suas terras, os trabalhadores se movem, se deslocam para as cidades e para os grandes centros, colocando-se na cena política como



Foto: Arquivo CEM

sujeitos ao exigir ajuda, ao saquear armazéns, ao invadir cidades e intimidar autoridades ou ao resistir ao trabalho nas grandes propriedades. É neste contexto que o noção de *ócio* é construída e ganha sentido, pretendendo combater não somente o “clima de parasitismo e inércia” (O Povo, 14.04.82), mas o ambiente de tensão e medo diante do inesperado que os métodos de ação destes trabalhadores - a multidão e a ação direta - sempre impõem, apesar de considerados arcaicos pelo conhecimento acadêmico.

À multidão estão associadas não só as idéias de descontrole social, irracionalidade e violência, mas também de perversão e vício provocados pelo desemprego e pela ociosidade. A presença de homens, mulheres e crianças desconhecidos, pouco a pouco ocupando as ruas, vielas e becos das cidades assustadas, como que à espera da tessitura de um fio invisível que os unirá e os levará à ação coletiva e direta, invariavelmente causa forte impressão nas populações urbanas, nos governantes e nas classes dominantes, registrada com frequência pela imprensa: “os revolucionários da fome já perambulam pelas ruas da cidade em busca de ganha-pão, sem êxito, pois não existe emprego. (...) se não houver precauções imediatas o exagero virá com a narrativa de fatos mais lamentáveis, que deverão ocorrer nos próximos

dias” (O Povo, 30.01.83).

Ocupação e Controle Social

Há, portanto, na gênese das frentes de serviço, uma intenção muito menos de construir equipamentos públicos de prevenção às secas, do que de *ocupar* uma mão-de-obra que se demonstra instável, arreada e sediciosa. Uma declaração do então Ministro do Interior, Mário Andreazza, é esclarecedora desta questão: “os Bolsões da Seca têm por finalidade enquadrar os flagelados numa ocupação e não solucionar problema de desemprego” (Diário do Nordeste, 21.07.82).

O importante a assinalar é que o “enquadramento do trabalhador” não se refere à sua definitiva colocação em postos de trabalho no interior do sistema econômico e produtivo. “Ocupar” significa muito mais desmobilizar esta multidão de trabalhadores que ocupa as ruas, neutralizar sua maneira de agir caracterizando-a como “resposta direta, espasmódica e irracional à fome” (2), impedir as migrações e, principalmente, prevenir os saques e as invasões. Pode-se afirmar que o objetivo fundamental das frentes é “controlar os deslocamentos e conter os riscos de

explosão social de uma massa considerável e submetida a toda sorte de adversidades” (3).

De um lado, a questão da migração pode ser tratada pelos órgãos públicos como um problema econômico resultante de disfunções do sistema produtivo ocasionadas pela seca. O deslocamento excessivo da mão-de-obra, prejudicial à reprodução da exploração econômica na região, é assim apresentado como um “sacrifício imenso” a que se sujeita o trabalhador rural, como se este fosse mo-

vido por uma “mão aculta”, cujos sentidos e finalidades desconhece. “Sacrifício” que deveria ser evitado com a criação de “postos de migração”, onde o trabalhador possa “receber assistência e orientação quanto às possibilidades de trabalho e permanência no mesmo local onde sempre viveu” (Diário do Nordeste, 22.12.82). Trabalho e permanência, é evidente, no interior dos latifúndios...

De outro lado, os “riscos de explosão social” são altíssimos e transcendem as meras dificuldades de Prefeitos para o atendimento das pressões dos camponeses insurretos e impacientes. Os riscos alcançam a própria permanência da dominação de classes e até mesmo a existência dos laços integrativos da sociedade, através da recorrência de ações - os saques e as invasões - que equivalem a um abandono das conquistas da modernidade no campo da política representativa e das relações entre governantes e governados. Ao mesmo tempo, o temor de que “até os investidores podem desanimar de procurar o Nordeste” (4) agita as classes dominantes e anima os grupos dirigentes a encontrar soluções que previnam tais riscos.

As Condições de Trabalho

Enquanto solução para problemas de

ordem disciplinar, a eficácia das frentes não está nas obras construídas, muito embora estas valorizem as grandes propriedades particulares através do trabalho quase gratuito dos alistados. Sua função é muito mais pedagógica; por isso pode contrariar “não só os princípios básicos da própria legislação trabalhista oficial, como direitos fundamentais do cidadão”(5). Aqui se pode avaliar a sua eficiência. Sendo “a única alternativa de trabalho para a grande massa de flagelados”(6), as frentes se impõem como imensos campos de concentração a ensinar ao homem pobre o valor do trabalho “disciplinado” e sua impositiva e inevitável presença moralizante e regeneradora(7). Enquanto favor, as frentes de emergência não precisam atender às condições de higiene e respeito ao cidadão compatíveis com o mundo moderno; enquanto norma de conduta, significam a introdução do homem pobre no universo árduo da produção capitalista desenvolvida.

Enfim, as frentes de serviço devem ser entendidas como “formas de gestão da

força de trabalho”(8), cujo objetivo é enquadrar definitivamente o trabalhador como parte inferior, dócil e produtiva do universo da produção, combatendo sistematicamente o ócio e a resistência às atividades organizadas a partir do exterior por critérios que se pretendem técnicos.

* Frederico de C. Neves é Professor Assistente do Departamento de História e Geografia da UFPB-Campus II.

NOTAS

(1) Cf. NEVES, Frederico de Castro. *A Memória do Espaço e o Espaço da Memória: a seca na construção imaginária do Nordeste*. Dissertação apresentada ao Mestrado em Sociologia-UFC. Fortaleza: mimeo, 1992. A pesquisa alcança a seca de 1978-1983 e toma como fontes os jornais do Ceará: “O Povo”, “Diário do Nordeste” e “Tribuna do Ceará”.

(2) THOMPSON, Edward P. “La economía moral de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII.” in: *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase*. 3a. ed. Barcelona: Editorial Crítica, 1989. p. 133.

(3) CARVALHO, Inaiá M.M. de. *O Nordeste e o*

Regime Autoritário. São Paulo: HUCITEC/SUDENE, 1987. p.272.

(4) Declaração do Senador José Lins de Albuquerque. Ata da 239a. Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da SUDENE, em 30.05.80.

(5) CARVALHO, Inaiá M.M. de. Op. Cit. p. 276.

(6) SOUZA, Luís Eduardo de. “Resistência Popular ao Genocídio.” in: CPT/CEPAC/IBASE. *O Genocídio do Nordeste (1978-1983)*. São Paulo: Mandacaru, s.d. p.104.

(7) “A construção de obras públicas e de núcleos coloniais para ocupar a população pressupunha a idéia de que o desemprego só poderia ser combatido através de atividades físicas árduas e mal remuneradas.” DINIZ, Ariosvaldo da Silva. “O trabalhador pobre no imaginário das elites nordestinas (1850-1920).” in: ANPOCS. *Brasil Norte e Nordeste: Estudos em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: EBAL, 1990. p. 34.

(8) QUIROGA F. NETO, Ana Maria. “As Frentes de Emergência e o Movimento dos Saques: atenuação e expressão do conflito no meio rural paraibano.” in: ANPOCS/FUNDAJ. *Movimentos Sociais: para além da dicotomia rural-urbano*. Recife: Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro, 1985. p. 111.



Foto: Arquivo CEM

OPERÁRIAS NA CALÇADA

A BUSCA DA TERRA SEM MALES

Patrick Clarke*

**“Acaso Deus conhece?
Existe conhecimento no Altíssimo?
Eis que os ímpios são assim
e sempre tranquilos, ajuntam riquezas”.**

(Salmo 73,11-12)

Encontrei, por aí, um dia, as comadres da calçada. Gente nova, povo novo lutador. Semeando a esperança no meio de uma grande desgraça. Vivendo a utopia da vida nova, transformada em poesia do reino, pelas lágrimas amargas da derrota.

Parece paradoxo. Mas da sarjeta da humilhação, ali em plena cidade nobre, reduto dos poderosos, fortaleza dos que tudo possuem, um "bando" de mulheres operárias, sem nada a não ser sua fé e o sonho de um mundo diferente, armou sua tenda e pariu um novo tempo, um mundo que nunca mais vai ser o mesmo.

Disso tudo, fui discípulo tardio, testemunha privilegiada, companheiro comovido, solidário. Senti, nas visitas diversas, nas conversas, nas rezas e nas partilhas, a eclosão de algo inédito. De uma boa nova, que o mundo, a nossa sociedade de consumismo exausto, muito precisa.

Foi no dia 7 de janeiro de 1992, que voltando de suas férias, as 128 funcionárias da CALFAT encontraram as portas trancadas e a fábrica saqueada pelo seu dono Jorge Gabriel Calfat. Levou junto o fruto do trabalho das costureiras, seus salários de dezembro e o 13º. O esforço produtivo e suado dessas mulheres trabalhadoras parecia em vão. Um Natal sem alegria e sem pão.

**“Construí a cama - não posso deitar
Plantei as rosas
para outras enfeitar.
O cafezal floriu - pobre sorriu, suou.
Café que é bom - rico tomou.**

(Do poema “salário miséria”, de Maria Elizabete Lima Mota, Coleção Ave Vagueira, EP 1986)

Claro, “o rico tomou”. Mas por aí, não ficou. As mulheres, imbuídas com o espírito teimoso dos fracos, foram morar na calçada da rua Nicarágua, em frente à mansão da família CALFAT. E lá ficaram em vigília permanente durante um ano. Sobrevivendo do pão do artesanato, da esperança e do sonho da justiça.

- Valeu a pena essa luta? - perguntei eu.

Estive conversando com Josefa, de Palmeira dos Índios/Alagoas (58 anos, 9 de firma); Maria José, da Paraíba (23 anos, 1,5 de firma); Helena, do Rio Grande do Norte (48 anos, 18 de firma); Marta, de Pernambuco (43 anos, 7 meses de firma); Iracema, de Minas Gerais (58 anos, 7 de firma); Cleunice, do Piauí (23 anos, 2 de firma); e Maria Machado, da Bahia (47 anos, 14 de firma).

- Valeu sim - responderam todas.

- Em que sentido valeu?

- Onde é que você vê mulher largar sua casa, deixar marido, filhos, tudo, até sem ser compreendida, e acampar na rua? Para fazer isso ela deve ser mais do que revoltada, - falou a Marta.

- Valeu porque foi uma luta limpa, honesta, com apoio de todo mundo e foi meio caminho andado para os bens da gente. O que tinha que receber, já recebemos uma parte e está próximo de receber a outra, se Deus quiser.

Mas o que a gente quer mesmo é ver ele na cadeia. Precisa! - enfática sentenciou Iracema.

- Mas o que foi o mais importante, mesmo que não recebessem nada?

- Foi a convivência aqui no acampamento. Foi o que aprendi ali. A viver com muita gente. A lutar junto - disse Helena. Ao que Maria José acrescenta:

- Eu nem tinha noção antes do que era um direito trabalhista. Na fábrica a gente vivia isolada. Nem se falava. Mas a partir do

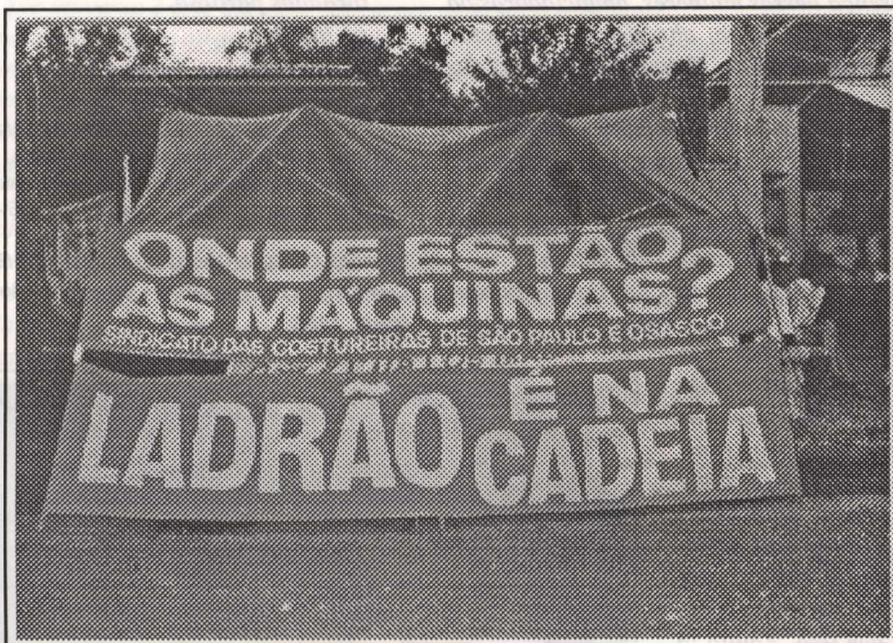


Foto: Mário B. da Silva

acampamento, todo mundo dormindo no chão, nasceu um amor diferente. Não pelas mulheres que trabalhavam comigo, mas por aquelas pessoas que hoje vejo na rua. Agora eu compreendo.

- Saiu de um isolamento, de um fechamento?

- Sim, Na fábrica a gente não podia conversar em hora de serviço. Éramos escravas. Hoje somos outras. Nossa união, nossa luta acabou com o medo - assim disse a Marta.

- É isso mesmo - acrescenta Iracema, mineira, cantora de ladainhas do povo - é que agora entendemos a dor daqueles que são esmagados pela fome, pela injustiça.

- Sofremos isso na própria carne, dormindo ali na calçada - disse Maria Machado - tomando chuva, calor, frio, e às vezes quase vencidas pela falta de perspectivas de um desfecho feliz do nosso caso.

- Mas vamos vencer - falou Josefa.

- Mesmo recebendo só 25% do dinheiro até agora? - pergunto.

- Queremos todos os nossos direitos. E vamos lutar para isso. Até o fim. Mas não estamos brigando só por dinheiro. Nosso sofrimento mudou nosso jeito de ver o mundo - acrescentou Marta.

Enquanto Marta falava, as cabeças das outras mulheres presentes balançavam. Era como se algo tocasse fundo no coração de cada uma. Olhei ao meu redor, discretamente. Voltei meu olhar para o meu próprio coração. Senti-me como que em terra sagrada, na presença dessas mulheres, anunciadoras da boa nova de uma vida outra, plena, abundante, duramente conquistada, soberanamente gratuita. Promessa e herança dos pobres.

Senti-me também interpelado, ao ouvir anunciada essa palavra-vida de que o sofrimento e todas as suas formas desgraçadas, até a própria morte antes do tempo, podem conduzir a algo radicalmente novo e inédito, se nos abrirem o coração para os que padecem de fome pelo pão, pela justiça e pela beleza.

- Eu vi uma coisa, uma vez, que me chocou. Foi no Parque Ibirapuera. Naquelas águas que devem ser sujas. Estava ali um rico com seu carro. Um Versailles. Em plena quinta-feira. Chegou uma mulher pobre com três crianças sujinhas, lavou as crianças e as roupinhas. Pôs pra secar. Aquilo não doeu para ele. Talvez se ele precisasse pegar um filho e jogar numa água podre daquela... Lavar com sabão de pedra. Ele continuou ali. Parecia que não via nada. Nem se abalou. Não tinha culpa. Nunca passou por isso. Aquilo lá doeu tanto para mim!... Fui conversar com a mulher. Veio do Norte ganhar a vida aqui. Morava na rua com os três filhos.

Olhando de novo ao redor, enquanto a Marta falava, vi lágrimas nos olhos de várias das mulheres presentes. Fiquei comovido por essa solidariedade densa de ternura e de gratuidade. Perguntei:

- Então Deus tem algo a ver com esta

sofrida peregrinação de vocês?

- Sem Deus, sem a força divina, a gente só fica com raiva. Só quer a vingança. Nós não queremos a vingança. Queremos a justiça de Deus - falou a Marta.

- Tenho uma fé viva. É muito importante para mim. Mas eu peço, todo dia, não para mim, mas para todos que lutam juntos com a gente - acrescentou Cleunice.

- Teve momentos que a gente se desesperou. Muita gente no início, aquela agitação! Depois foi fracassando, fracassando... Se não fosse Deus, a gente não estava aqui agora - disse Iracema.

- Mas vocês sabem que a fé de muita gente é algo puramente individualizado. Não mexe com a vida no seu todo - disse eu.

- Olha, se não fosse Deus, como que a gente ia se juntar agora a outras lutas de outras companheiras injustiçadas?

Maria Machado falou por todas. Fiquei sem palavras. Só consegui me lembrar de uma poesia, nascida seguramente também de um coração sofrido e solidário, onde rima dor e amor:

**"Não há uma terra sem males,
ainda.**

Ainda, aqui.

**Mas há uma terra bastante,
se fosse de todos.**

**Os males e os bens
tornados partilha,**

na busca

na espera

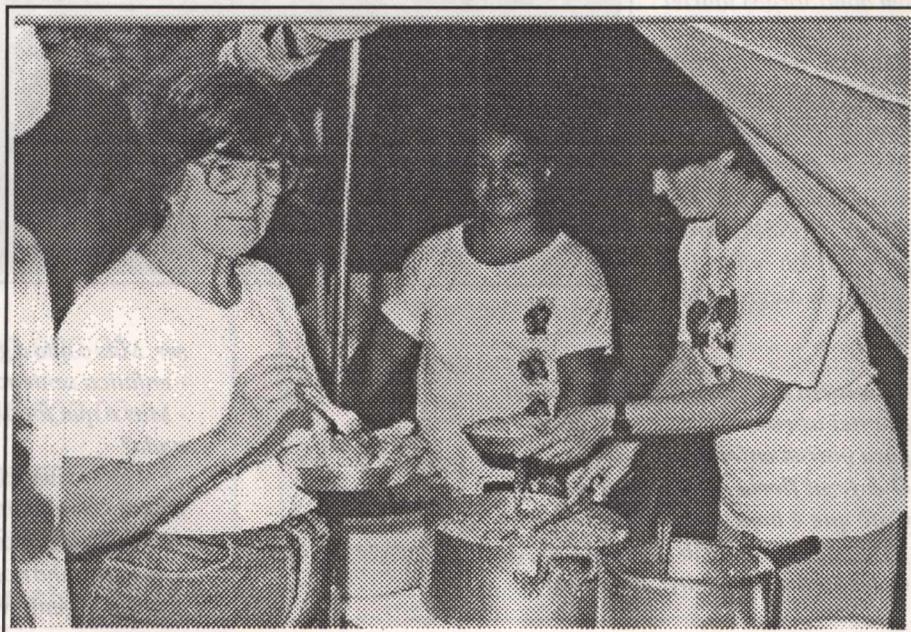
da Terra-sem-males...!"

(Do poema "Não há uma Terra sem Males", de Pedro Casaldáliga, na coleção A Cuia de Gedeão, Vozes, 1982).

(Este texto foi produzido com base numa entrevista na sede do Sindicato das Costureiras, na rua Florenço de Abreu, 305 - SP, aos 24/03/93).

* Patrick Clarke é Coordenador do MDF/Belém-SP, Mestre em Ciências da Religião/PUC - SP e autor do livro *Pão e Poesia, Ed. Ave Maria, 1992.*

Foto: Mário B. da Silva



SEJA UM COLABORADOR

Travessia está aberta à publicação de artigos de pesquisadores e estudiosos que analisam a realidade em que o migrante está envolvido, a partir dos diferentes ramos do conhecimento: social, político, cultural, econômico, antropológico, educacional etc...

A revista destina-se, fundamentalmente, a um público intermediário; quer ser uma ponte entre a produção acadêmica e a produção popular. Se for do seu interesse, envie artigos para a redação, obedecendo aos seguintes quesitos:

Os artigos devem enquadrar-se, na medida do possível, dentro do tema geral de cada número, previamente anunciados;

Clareza de linguagem e simplificação dos conceitos;

Os artigos devem ser inéditos;

Máximo de 10 laudas de 20 linhas com 70 toques;

Breve identificação do autor e endereço com telefone para eventuais contatos;

Obedecer aos prazos para o envio das matérias, conforme estipulado ao lado

PRÓXIMOS LANÇAMENTOS

TRAVESSIA Nº17
IMAGENS DO
MIGRANTE
(SET-DEZ/93)

Prazo para
envio dos
artigos:
(10/05/93)

TRAVESSIA Nº18
NOVAS
TECNOLOGIAS
(JAN-ABR/94)

Prazo para
envio dos
artigos:
(10/09/93)

TRAVESSIA Nº19
IDENTIDADES
(MAI-AGO/94)

Prazo para
envio dos
artigos:
(10/01/94)

...rriar-se mundos de docos. das 8 às 2 n a
de 2.ª f. à R. Alagoas, 549 - Higienópolis, c/
on.

Quimico Industrial

...periência mínima de 03 anos na área de
...tos ou similar e idade preferencial entre
40 anos. Excelente remuneração e oportuni-
...de progresso. Enviar carta c/ curriculum
...ado e pretensão salarial para: Quimico - R.
86 - Cep:04730-040 - São Paulo-SP.

Recepcionistas/Aux. Escrit.

...com boa aparência, desembaraço e bom
...de escolaridade. Apresentarem-se na Av. 9
...o. 396... às 9h00.

Serralheiro

...Matarazzo. F: 943-9100.

Cor de Fazenda

...Enviar C.
...de referên
...Capital. Sob

...timos preçor
...que não
...ia. F: 8
...s. Sáb

Curriculum Personalizado

Objetivo. Eficiente, elaboro, oriento e divulgo.
Fone. 257-6011 c/ Sandra.

"Curriculum Vitae"

Desenvolvemos seu C.V. personalizado por Com-
putador preço sem concorrência F: 35-2903 c/
Luis Av. Brig Luis Antonio 300 cj 144 hc.

***** Curriculum Vitae *****

Elaboração objetiva e Personalizada em micro
laser Divulgação. Cópias em papel vergê. Av.
Paulista,1195-18ª conj.181 F:288-6759 Heliana.

Admite-se Bordadeiras

...mo salário. R: Marieta da Silva 266.

Analista Sistema SR.

...matemática, COBOL, VSA
...nância m...o fina
...uturad...o C
...ig Fari...

...ndr
...ri

...ite.

...nformática. c/
...R. Leopoldo

...or

...2-1094 c/ Graça.

...logista

...o interior. Tratar c/
...1.

...OS ***

...Pediatra comp. c/
...klin. F: 240-7288.

...as, P... e Crianças

...c/ s/ exp... comercial, novelas,
...érias, etc... a o astro que existe
...somos... a não agência F:

...Moças Rapazes e Crianças

...anúnc... T.V. Revistas Des... F:240-1252.

...Moças (os) Para Televisão

Precisa-se para duas mini-séries, comerciais e
um filme policial. Vagas limitadas. Tr. à R.
Brigadeiro Tobias, 118 28º andar - conj. 2813 -
Centro. Fone: 229-7707 até as 19:30.

...Moças e Rapazes

Para ramo imobiliário. Damos treinamento. Tratar
...ones: 259-8813 e 214-0228.

Xenix - Unix (multiusuário) Os interessados deve-
rão enviar Curriculum Vitae com pretensão sala-
rial ao Deptº de Recrutamento e Seleção. Av.
Djalma Batista, 122 Chapadas - Manaus - AM -
Cep 69050-010.

Assistente Contábil

C/ boa datil. e Exp. em Micro,bom. sal./benef. R.
Novo Horizonte 208/alt. 2.400 da Av.Angelica.

Assistente Contábil

C/exp. Contabilidade inform. (planilhas, digit.,
c/monet., depreciação, balancetes e balanço
mensal. Comp. c/Curriculum à Rua Maratona, 326.

Assuba na Vida

Conf. 1.ª qualidade em consignação. Mol
Camiseta, Cotton, Jeans, Camisas, Ling
nha/ Lã e acess. em geral. Exig. cta. banc
3 vezes s/ juro. Se não devolve! Das
h Sáb. das 9 às 18h. 0613.

de Renda

...ecção of
...infar
...god

...eneficio
...Mirand

...Franc

...anos. E
...Siglas "TI/TI

...cas

...Prod.
...coml
...quim
...04

...Ot. aj. cus
...R: Otavio
...Bo Belo -

...Porcas

...bra... indut. div
...s. Atuang
...Dambrosi
...ão/Marco

Vendas interna

Experiência mínima... Tr. 562-1433.

Vendas (As)

Precisa-se... de frios e laticínios
Gonçalves Dias... F: 292-4661.

Vendedor de Frete

Transportadora admite c/ exp. comprovada
apar., condução própria. Enviar C.V. p/
...gos S. Marques, 505 VL Jaguará CEP 051

Vendedores (as)

Coopertei. Empresa de grande porte admite, re-
presentantes para São Paulo e Grande São Paulo
Produto de ótima aceitação. Exigimos dinamismo
e boa aparência. Apresentar-se, San Raphael
Hotel - Lgo do Arouche, 150 nos dias 11 e 12 de
Maio horário Coml. Falar c/ Sr. Faria ou Sr. Luiz.

Vendedores (AS)

Clyn distrib 3M necessita c/ou s/exp Comparece
c/ C. Vitae à R.Theodureto Souto, 170 Cambuci.

Vendedores(as)

Com experiência mínima de 3 anos na venda de
alimentos a varejo e instituc. c/ condução própria

